

A CASTELOLOGIA PORTUGUESA E A EVOLUÇÃO DOS ESTUDOS SOBRE FORTIFICAÇÕES MEDIEVAIS EM PORTUGAL

Joaquim Manuel Rodrigues dos Santos¹

RESUMO:

Pretende-se no presente texto analisar a evolução da castelologia produzida ao longo dos tempos em Portugal, a qual manifesta diversas visões temporais sobre as fortificações medievais. Para tal contextualizam-se as obras castelológicas publicadas em Portugal com a historiografia portuguesa em diferentes níveis (artístico, militar, económico, sociocultural, etc.), comparando-as também genericamente com o que se processou noutros países.

Palavras-chave: Portugal; Castelologia; Fortificações; Idade Média.

ABSTRACT:

This text analyses the castelology produced over the times in Portugal, which reflects several different views relating to the medieval fortifications. Therefore, the castelologic studies published in Portugal are contextualized with the Portuguese historiography at different levels (artistic, military, economic, sociocultural, etc.), being also compared briefly with what happened in other countries.

Keywords: Portugal; Castelology; Fortifications; Middle Ages.

INTRODUÇÃO

Em 1962 o historiador e arqueólogo Michel de Bouärd (1909-1989) propôs o termo “castelologia”, derivado do latim “*castellum*”, para designar a disciplina dedicada ao estudo dos castelos medievais. Por extensão, a área epistemológica da castelologia passou a englobar, além dos castelos, outros tipos de estruturas defensivas (cidades, palácios, templos, pontes, torres e outras edificações fortificadas), em períodos temporais mais prolongados que a própria Idade Média (a investigação começa frequentemente em períodos anteriores como forma de compreender circunstâncias existentes previamente, e estende-se a períodos posteriores que incluem o estudo das fortificações abaluartadas) e com uma perspectiva multidisciplinar. De facto, para compreender o edifício estudado, ainda que os aspectos arquitectónicos sejam primordiais, é necessário incluir as considerações arqueológicas, artísticas, políticas, tecnológicas, económicas, geográficas, demográficas, etc. Por esta razão a castelologia compõe-se simultaneamente de partes da historiografia da arquitectura, da arte, militar, política, económica, da tecnologia, da sociologia, da religião, da geografia e de muitas outras especialidades com diferentes objectos de estudo, metodologias de investigação e objectivos propostos que há que conciliar.

¹ Arquitecto, Doutor pela E.T.S. de Arquitectura y Geodesia, Universidad de Alcalá de Henares, Madrid

Segundo Philippe Durand, os estudos castelológicos começam por um inventário da bibliografia existente e das fontes disponíveis (documentos textuais e iconográficos antigos), ao que se segue o exame cadastral do edifício; numa segunda fase analisam-se as componentes referentes à sua implantação, formas arquitectónicas e componentes decorativas e materiais, recorrendo também a levantamentos topográficos e projectuais, desenhos e estudos axonométricos, sondagens arqueológicas, coberturas fotográficas e outros instrumentos de análise. Finalmente há que propor uma cronologia diacrónica que determine as diferentes etapas de construção, efectuar uma comparação com outros edifícios similares, analisar os contextos históricos antigos e organizar uma síntese parcial ou final².

Elaborar um historial da castelologia portuguesa é uma tarefa delicada, visto que a disciplina é relativamente recente em Portugal – ainda que as obras publicadas sobre fortificações medievais existam já desde meados do séc. XIX. No entanto, a anamnese proposta no presente ensaio determina a necessidade de conhecer a castelologia portuguesa desde as suas origens até à actualidade. O percurso castelológico em Portugal não se fez de modo linear nem de acordo com os parâmetros actuais de investigação. Pelo contrário, se às vezes se elaboraram obras muito significativas em épocas bastante precoces, por outro lado continuaram a ser publicadas obras cujos parâmetros de investigação foram frequentemente muito rudimentares – inclusivamente na actualidade, onde em algumas obras os parâmetros diferenciam-se pouco dos seguidos no séc. XX (contudo, é importante conhecer também as circunstâncias nas quais se produziu cada obra castelológica). Como tal, redigir um panorama sobre a castelologia portuguesa significa necessariamente seguir um processo descritivo com avanços e recuos temporais, de acordo com o contexto historiográfico existente.

PRINCÍPIOS HISTORIOGRÁFICOS DE ÍNDOLE MEMORIALISTA, BIOGRAFISTA E DIVULGADORA

Conforme afirma Georges Lefebvre, a historiografia foi, desde a Antiguidade Clássica, um pretexto e um meio através do qual os historiadores puderam realizar a apologia da sua própria nação e, por inerência, das suas personagens mais importantes³. A conquista de castelos, cidades amuralhadas e outras fortificações foi uma constante nas crónicas medievais, assumindo uma importância significativa como feitos históricos, conforme se pode verificar em várias crónicas de reis portugueses⁴. Assim, no princípio a historiografia era elaborada por cronistas que costumavam relatar acontecimentos de forma frequentemente parcial (mais do que narrar a realidade, o objectivo era geralmente exaltar pessoas, instituições e feitos considerados grandiosos), e quando não eram observadores directos, os cronistas baseavam-se em fontes orais ou escritas, muitas vezes escassas de escrupulosidade cognoscente.

A transição da Idade Média marcou uma mudança no processo historiográfico, com a tomada de consciência de que a História não era cíclica – ou seja, o Passado era algo inevitável que jamais poderia voltar e, por isso, o Presente era um tempo diferente do que já havia transcorrido. Os historiadores humanistas iniciaram um novo enfoque metodológico tentando basear-se em fontes mais diversificadas e (em princípio) credíveis. Começaram gradualmente a ser reconhecidas as temáticas regionais ou locais e a interpretar-se a História de maneira mais crítica com o fim de apreender os seus significados, considerando-os como lições para o Presente. Adicionava-se assim um crescente valor simbólico às antigui-

² DURAND, Philippe (2005), *La Castellologie: Étudier le Château du Moyen Âge, Histoire et Images Médiévales*, (2), Rognac, Éditions Astrolabe, pp.14-20.

³ LEFEBVRE, Georges (1981), *O Nascimento da Moderna Historiografia*, Lisboa, Sá da Costa Editora, p.18.

⁴ Por exemplo, as crónicas elaboradas por Fernão Lopes (c.1380-1460), Duarte Galvão (1435-1517) ou Rui de Pina (1440-1522) entre outros.

dades⁵. Em Portugal observou-se em algumas obras⁶ o crescente interesse dos estudiosos humanistas pelo Passado e pelos seus testemunhos: além de abordar a história das cidades, também se explicava a importância do património monumental existente⁷. Mas o maior interesse centrava-se nas obras da Antiguidade Clássica, pelo que as fortificações medievais, que haviam sido produzidas em tempos mais recentes, não eram frequentemente incluídas nesses estudos.

No entanto foram elaboradas diversas obras com o objectivo de estudar as fortificações: o recurso de reunir desenhos de fortificações foi recorrente em Portugal durante a Idade Moderna, como forma de comunicar um vasto conjunto de informações de modo sucinto e pragmático mediante uma representação holística e ao meu tempo atraente. Mais tarde estas compilações operativas converteram-se em fontes importantíssimas para o estudo castelológico. O exemplo mais relevante é o códice⁸ elaborado por Duarte d'Armas (n.1465) entre 1509 e 1516. Com esse documento seria possível conhecer o estado das fortificações portuguesas a partir da capital, num período em que os engenheiros militares portugueses estariam executando sistematicamente diversas experiências práticas de fortificação mais avançadas e testadas em guerras reais⁹.

Francisco de Holanda (1517-1584) elaborou entre 1538 e 1541 um álbum de desenhos¹⁰, um compêndio de desenhos de diversas obras¹¹ (arquitectura, escultura, pintura, etc.) elaborados durante a sua viagem a Roma como bolsheiro régio¹². Entre os desenhos do álbum encontrava-se um conjunto de quinze fortificações, demonstrando as preocupações do monarca D. João III (1502-1557) com a evolução da (geralmente considerada) arquitectura defensiva mais avançada da época. A presença destes castelos artilheiros não significa por si mesmo uma análise crítica de índole castelológica mas sim uma compilação de carácter operativo: nas suas ilustrações Francisco de Holanda elegeu fortificações de vanguarda e, mediante isso, estaria assim adquirindo conhecimentos sobre a tecnologia de fortificação, de modo a transladá-los para Portugal. Isso significa que a eleição dessas estruturas fortificadas pressupôs já uma avaliação crítica da arquitectura defensiva, ainda que o valor fosse eminentemente funcional.

Sylvie Deswarte considera o humanista português como o primeiro historiador da arte pela sua obra *Quatro Dialogos da Pintura Antigua*¹³, terminada em 1548. Assim como o seu contemporâneo Giorgio Vasari (1511-1574), Francisco de Holanda reconhecia a relatividade histórica, a qual originava distintas etapas históricas e conseqüentemente suscitava diferentes maneiras (estilos) artísticas próprias de cada etapa e inclusivamente de cada artista. Mas enquanto Giorgio Vasari não tinha considerado as

⁵ A consciência do processo de mudança histórica desenvolveu-se quando os humanistas, confrontando-se com as ruínas clássicas, constatarem que a percepção de que essa civilização – e, conseqüentemente, o seu respectivo tempo – havia terminado definitivamente e que tinha chegado outro momento, interpondo-se entre o tempo coevo e o da Antiguidade Clássica. Esse reconhecimento de distintos períodos na história diferia do anterior pensamento de cariz medieval, que percebia a história como uma continuidade uniforme desde a Criação até à contemporaneidade. Assim, os fragmentos arruinados da Antiguidade Clássica começaram a ser reconhecidos por parte dos humanistas como relíquias memorativas do Passado [JUKILEHTO, Jukka (2006), *A History of Architectural Conservation*, Oxford, Elsevier, pp.16-21].

⁶ Por exemplo, André de Resende (1498-1573) publicou em 1553 a *Historia de Antiguidade da Cidade de Euora* [RESENDE, André de, (1553), *Historia de Antiguidade da Cidade de Euora*, Évora, Andream Burgensem], y em 1593 publicou *Libri Quator De Antiquitatibus Lusitaniae* [RESENDE, André de, (1593), *Libri Quator De Antiquitatibus Lusitaniae*, Évora, Excudebat Martinus Burgensis Academia Typographus]; Damião de Góis (1502-1574) publicou em 1554 *Vrbis Olisiponis Descriptio* [GÓIS, Damião de (1554), *Vrbis Olisiponis Descriptio*, Évora, Andream Burgensem].

⁷ A actividade dos humanistas portugueses era similar à actividade exercida por inumeráveis artistas como Filippo Brunelleschi Lapi (1377-1446), Donato di Betto Bardi (1386-1466) – mais conhecido como Donatello – e Tommaso Cassai Masaccio (1401-1428) que, desde o séc. XIV começaram a estudar os monumentos da Antiguidade Clássica, considerados como fontes de conhecimento sobre o Passado.

⁸ ARMAS, Duarte d' (c.1509-1516), *Este Livro he das Fortalezas que sam Setuadas no Estremo de Portugall e Castella*, códice PT/TT/CF/159 do Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

⁹ Algumas outras compilações importantes foram executadas por diversos cartógrafos portugueses, destacando-se os códices elaborados por António Bocarro (1594-c.1642) e Pedro Barreto de Resende (†1651), por João de Castro (1500-1548), por Gaspar Correia (c.1495-c.1561), por Manuel Godinho de Herédia (c.1558-1623), por João Teixeira Albernaz I (1602-1649) e por Diogo de Campos Moreno (c.1556-c.1617).

¹⁰ HOLANDA, Francisco de (1538-1541), *Reinando Em Portugal El Rei Dom João III Que Deus tem Francisco d'Ollanda Passou a Italia e das Antigualhas que Vio*, códice RBME 28-I-20 da Real Biblioteca del Monasterio de San Lorenzo de El Escorial.

¹¹ Várias obras de recompilação iconográfica de monumentos arquitectónicos antigos – considerados os primeiros catálogos de inventariação e conceptualização descritiva de estruturas arquitectónicas – foram produzidas também por diversos estudiosos, como por exemplo Giovanni Poggio Bracciolini (1380-1459), Flavio Biondo da Forli (1392-1463), Bartolomeo Marliani (†c.1560) e Pirro Ligorio (1513-1583).

¹² Francisco de Holanda havia sido bolsheiro em Roma por intermédio da política cultural de D. João III, que apoiava estudantes portugueses nos maiores centros culturais europeus.

¹³ HOLANDA, Francisco de (1548), *Quatro Dialogos da Pintura Antigua*, códice Esp. A/2900 da Biblioteca Nacional de Portugal.

diversidades nacionais e regionais¹⁴, Francisco de Holanda admitiu as diversas variedades locais que, conseqüentemente, permitiram fixar ideais de beleza relativos¹⁵. O sistema normativo formulado por estes historiadores humanistas para estudar a arte consistia numa sequênciade biografias de artistas sem a correspondente interpretação das suas obras de arte, limitando-se a descrever aspectos biográficos associados aos artistas.

Nos séculos seguintes a historiografia dedicada ao estudo da arte foi reconhecendo, além dos valores essencialmente funcionais¹⁶, os valores históricos e, bastante mais lentamente, os valores artísticos inerentes às obras de arte, além da consideração cada vez maior do valor patrimonial¹⁷. No entanto, o processo investigativo adoptado baseava-se incondicionalmente na metodologia historiográfica, sendo o estudo restringido aos valores históricos e esquecendo os valores artísticos. A historiografia portuguesa anterior ao liberalismo caracterizava-se assim por elaborar a história dos reis, dos grandes senhores e das principais instituições – sobretudo eclesiásticas – com objectivos apologéticos, mas também como formação moral e patriótica da sociedade, mediante a narrativa de feitos gloriosos e a biografia de personalidades célebres como exemplos de virtudes que deveriam de ser seguidos.

As raras obras historiográficas portuguesas que abordaram a arquitectura continuaram a seguir pressupostos memorialistas com alusões biográficas de arquitectos ou narrações históricas associadas aos edifícios, sem se deter em considerações de crítica estética. As estruturas militares continuavam a ser observadas sob um ponto de vista essencialmente utilitarista, motivando a escassez de referências. Quando estas eram mencionadas, resumiam-se a breves relatos em obras de índole generalista que narravam essencialmente eventos históricos que lhes estavam associados, conforme se pode verificar no *Diccionario Geografico[...]*¹⁸ elaborado entre 1747 e 1751 por Luís Cardoso (†1769).

O advento do Iluminismo a Portugal, sobretudo durante o governo de Sebastião Carvalho e Melo (1699-1782), marquês de Pombal, ocasionou uma reforma em vários campos da vida portuguesa. O pensamento iluminista, baseando-se progressivamente em fontes mais fidedignas (análise documental e iconográfica, estudos demográficos e económicos, investigações arqueológicas, etc.), mudou o anterior carácter de essência memorialista, adquirindo assim um maior rigor. Os historiadores iluministas¹⁹ começaram a coligir e classificar eventos históricos, tentando determinar as constantes e forças que actua-

¹⁴ Germain Bazin afirma que Giorgio Vasari na realidade não elaborou uma história da arte, mas sim um romance da história da arte. A sua obra historiográfica era constituída essencialmente por biografias de artistas, limitando-se a narrar aspectos biográficos utilizando frequentemente considerações sobre o temperamento dos artistas, fábulas sobre as suas vidas e outros expedientes extravagantes. Além de continuar alguns cânones historiográficos antigos – retórica clássica e concepção de história feita por indivíduos e não por povos –, a obra pecava por conter uma agenda pessoal que motivou Giorgio Vasari a distorcer eventos de modo enganador, para demonstrar a sua teoria inicial que enaltecia uma superioridade artística florentina implícita [BAZIN, Germain (1989), *História da História da Arte: De Vasari aos Nossos Dias*, São Paulo, Martins Fontes Editora, pp.31-32].

¹⁵ Mais tarde Pierre Monier (1639-1703) destacou a diferença entre as obras produzidas por culturas distintas, efectuando uma divisão dos produtos artísticos segundo critérios pré-definidos de acordo com as grandes civilizações culturais. Johann Fischer von Erlach (1656-1723) seguiu os mesmos princípios, já que se havia proposto a reconstituir a história da arquitectura mundial desde as suas origens; assim, analisou obras de distintas culturas para poder compará-las e estabelecer relações e, desse modo, poder compreendê-las. Inclusive elaborou reconstituições hipotéticas de edifícios sem bases significativamente credíveis: “restaurava” os edifícios, seguindo a definição etimológica coeva.

¹⁶ A arquitectura, a tratadística teórica e a historiografia desenvolveram-se paralelamente na Idade Média, convertendo-se em instrumentos de trabalho e, simultaneamente, em documentos de estudo. Personalidades como Antonio di Pietro Averlino (c.1400-1469) – conhecido como Filarete –, Leonardo da Vinci (1452-1519), e sobretudo Francesco di Giorgio Martini (1439-1501) estudaram a arquitectura militar sob um ponto de vista funcionalista. Em Portugal foram bastante divulgadas as obras elaboradas por Luís Serrão Pimentel (1613-1679), por Manuel de Azevedo Fortes (1660-1749), ou por Manuel Pinto de Villalobos (†1734), entre outros.

¹⁷ O progressivo processo de conceptualização da arte permitiu formar juízos críticos mais desenvolvidos sobre a estética das obras, sobrepondo-a paulatinamente aos seus valores funcionais. Por sua vez, o transcorrer fenomenológico de percepção consciente de que a sucessão do tempo possuía um sentido único motivou o estudo das obras de arte do Passado, consideradas produções realizadas em momentos irrepetíveis daquela época.

¹⁸ CARDOSO, Luís (1747-1751), *Diccionario Geografico, ou Noticia Historica de Todas as Cidades, Villas, Lugares, e Aldeas, Rios, Ribeiras, e Serras dos Reynos de Portugal e Algarve, com Todas as Cousas Raras, que Nelles se Encontrão, Assim Antigas, Como Modernas*, 2 vols., Lisboa, Regia Officina Sylviana - Academia Real.

¹⁹ Os mais destacados foram François-Marie Arouet (1694-1778) – mais conhecido como Voltaire – e Charles Louis de Secondat (1689-1755), barão de Montesquieu.

vam sobre as sociedades com o fim de compreendê-las mais racionalmente; a historiografia era cada vez menos a história dos grandes indivíduos e começava a converter-se na história dos povos e das nações²⁰.

A implantação definitiva do liberalismo em Portugal em 1834 produziu novas mudanças na historiografia portuguesa: imbuídos pelo espírito do Romantismo, os primeiros liberais manifestavam um interesse pela origem da nação, matizado no estudo e divulgação de fontes originais da época medieval, onde se considerava que estavam as origens nacionais. Portugal foi, por isso, a essência da historiografia romântica portuguesa, já que além da narração de acções heróicas do povo português, importava também captar a índole pura da alma nacional como forma de apreensão das origens portuguesas. Assim como noutros países europeus, os historiadores começaram a interessar-se pela Idade Média, concedendo aos monumentos arquitectónicos um lugar preponderante como fontes historiográficas e memória das personagens ancestrais que os haviam construído e utilizado. Os castelos medievais assumiram desse modo, nas narrativas historiográficas românticas, um papel privilegiado como cenários medievais de gloriosas guerras para defesa das nações europeias²¹.

Sérgio Campos Matos refere que a historiografia era considerada pelos liberais como um instrumento capaz de alcançar a compreensão sobre a essência da nação. Ao reivindicar o conhecimento histórico como modo de reforçar o consenso nacional, iniciou-se assim uma tendência na historiografia portuguesa: a determinação pela difusão historiográfica era dominada maioritariamente por uma intenção doutrinária e pragmática, que obedecia ao propósito de mobilização ideológica nacionalista em detrimento do sentido reflexivo de interrogação²². Os monumentos arquitectónicos eram por isso frequentemente considerados pelos liberais como um suporte físico da matéria nacional e como testemunhos privilegiados do Passado glorioso, pelo que o estudo e protecção dos monumentos nacionais foram considerados como imperativo nacional. A estratégia historiográfica romântica para os monumentos arquitectónicos considerava que constituir-se num documento histórico era mais importante do que ser uma obra de arte²³. Nesse sentido, os castelos medievais começaram a ser cada vez mais reverenciados como um símbolo de Portugal, visto que se considerava que haviam sido cenários privilegiados das batalhas pela independência nacional e defesa territorial.

Alexandre Herculano (1810-1877) foi um liberal fervoroso, imbuído nos valores românticos que se tinham consolidado durante o seu exílio em França e Reino Unido. Considerado frequentemente como uma consciência cívica nacional, a sua acção desenvolveu-se em vários campos desde a política até à literatura, incluindo a investigação histórica e o jornalismo – além de ser um precursor na relação patrimonial. Alexandre Herculano baseou a sua investigação historiográfica na análise documental de fontes

²⁰ A importância da história social havia sido já manifestada por Giambattista Vico (1668-1744), ao considerar que Deus governava o Mundo mediante leis da natureza e dádivas atribuídas aos homens, pelo que se poderia conhecer a História conhecendo as sociedades. Mais tarde Johann Gottfried von Herder (1744-1803) defendeu que cada povo teria um espírito próprio (*volkgeist*) individual e distinto de todos os outros, sobre o qual a vontade divina se manifestava directamente, determinando assim um caminho evolutivo próprio seguido de maneira colectiva. Finalmente Jules Michelet (1798-1874) considerava que se a história transcorria por vontade do povo através de um génio nacional, então teriam que ser estudadas as próprias manifestações do povo como fonte historiográfica. A concepção epistemológica de Michelet de que “tudo é história” motivou o redescobrimto das tradições ancestrais (arte, artesanato, costumes, folclore, etc.), as quais reflectiriam a identidade própria de cada cultura, originando especializações como a sociologia, a etnografia ou a antropologia entre outras [LEFEBVRE, Georges (1981), *O Nascimento da Moderna Historiografia*, Lisboa, Sá da Costa Editora, pp.156-212].

²¹ Para isso contribuiu a obra de diversos autores: mais romancistas que propriamente historiadores, as suas obras de índole historiográfica costumavam apresentar narrativas romanceadas sem crítica histórica rigorosa, onde o carácter pitoresco e animado – muito do agrado popular – se sobrepunha às deduções escrupulosas e à análise de fontes creíveis. Podem-se destacar François-René (1768-1848), visconde de Chateaubriand, Walter Scott (1771-1832), Amable-Guillaume Brugière (1782-1866), barão de Barante, e Jacques Augustin Thierry (1795-1856).

²² Os intelectuais românticos defendiam que só uma profunda revolução cultural poderia suscitar a construção de uma nova sociedade mais inclusiva; como tal, a historiografia constituiu-se num campo de formação imperioso na sociedade liberal com objectivo de cultivar a memória nacional histórica. Considerava-se fundamental unir o povo em torno de um Passado comum, valorizando o culto pela tradição que permitiria uma convergência, um espírito e uma memória nacionais [MATOS, Sérgio Campos (1998), *Historiografia e Memória Nacional: No Portugal do Séc. XIX (1846-1898)*, Lisboa, Edições Colibri, pp.13-19].

²³ A consagração dos monumentos arquitectónicos como fonte documental para a historiografia romântica incluiu-se dentro de uma nova aproximação metodológica que reconhecia que as diversas nações produziram necessariamente distintas histórias, culturas, sociedades e outros âmbitos; daí que essas diferenças deveriam de ser estudadas de acordo com os seus contextos próprios.

credíveis, auxiliado por uma praxis teórica onde os fenómenos culturais, económicos, sociais e outros eram considerados parte do conteúdo histórico, como elementos caracterizadores das sociedades²⁴.

Iniciando o seu percurso historiográfico com a publicação de narrativas históricas curtas de intenção didáctica, Alexandre Herculano terá sido o investigador português que primeiro focou – ainda que esporadicamente – as fortificações medievais como objecto de estudo, influenciando enormemente os investigadores seguintes e a própria sociedade portuguesa. Os seus ensaios protocastelológicos *Milícia na Idade Média (2^o)*²⁵ e *Antigos Castellos e Alcaldes Móres*²⁶, publicados respectivamente em 1838 e 1844 no periódico ilustrado *O Panorama*, não eram constituídos por meras descrições fácticas de eventos históricos nem tampouco se congregaram em torno de personagens célebres associadas aos castelos, evitando claramente apologias heróicas de grandes sucessos históricos. Pelo contrário, ambos os textos apresentavam preocupações de inserção contextual não só a nível cronológico mas também de âmbito económico, etimológico, sociocultural, tático-militar e arquitectónico, alguns já com um grau de rigor relativamente elevado²⁷.

À parte a descrição formal dos castelos medievais, elaborada de uma forma genérica, Alexandre Herculano mencionou aspectos como a sua organização administrativa (impostos, cargos administrativos, relações com a população), as tácticas militares medievais, o processo evolutivo – sintético, ainda que inexacto – dos castelos medievais, e a etimologia subjacente ao próprio termo “castelo”. A obra de Alexandre Herculano, baseada em fontes documentais mais credíveis e englobando um leque temático mais vasto, afastava-se assim da historiografia composta por memórias biográficas e descritivas de monumentos arquitectónicos²⁸ que, segundo António Rosmaninho, se resumia essencialmente a uma descrição formalista sistemática dos edifícios, sem nenhuma crítica de âmbito artístico ou teórico e que habitualmente costumava narrar as vicissitudes históricas associadas ao monumento, a sua descrição física geral – quase como se fosse um inventário – e, algumas vezes, o enquadramento paisagístico²⁹.

Paralelamente à historiografia erudita praticada por Alexandre Herculano, de base documental e crítica, desenvolveu-se uma historiografia de divulgação bastante heterogénea que incluía textos publicados na imprensa periódica oitocentista. Além da intenção pedagógica, as obras de divulgação histórica memorativa resultavam de um exercício de compilação e síntese, e não de uma investigação judiciosa: à interpretação profunda de fontes e compreensão dos eventos fundamentada numa análise rigorosa e imparcial, era contraposta uma preferência romântica pelo recurso de narrativas que, muitas vezes, se limitavam a inventariar acontecimentos ou lendas de modo apologético e pitoresco. O distanciamento dos imperativos de rigor histórico evidenciava uma dimensão pragmática, obedecendo a propósitos de utilidade cívica, política e propagandista; assim, a forma como se escreviam os textos obedecia ao objetivo essencial de agradar aos leitores e corresponder às suas apetências³⁰.

²⁴ Alexandre Herculano publicou entre 1837 e 1838 vários textos intitulados *Quadros da História Portuguesa* no periódico ilustrado *O Panorama*; em 1842 publicou também diversos escritos sob o título de *Estudos de História de Portugal* no periódico *Revista Universal Lisbonense*, que se mostravam como um género híbrido entre o romance histórico e a historiografia, apresentando características de ambos. Já a sua *História de Portugal* [HERCULANO, Alexandre (1846-1853), *Historia de Portugal*, 4 vols., Lisboa, Viúva Bertrand e Filhos], publicada entre 1846 e 1853, foi considerada geralmente como sendo a primeira obra portuguesa de síntese historiográfica de carácter rigoroso. Alexandre Herculano também publicou entre 1856 e 1873 a sua *Portugaliae Monumenta Historica* [HERCULANO, Alexandre (1856-1873), *Portugaliae Monumenta Historica*, 3 vols., Lisboa, Typis Academicis - Academia Scientiarum Olisiponensis], uma compilação de importantes documentos históricos portugueses.

²⁵ HERCULANO, Alexandre (1838), *Milícia na Idade Média (2^o)*, *O Panorama*, 2 (38), Lisboa, Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, pp.18-20.

²⁶ HERCULANO, Alexandre (1844), *Antigos Castellos e Alcaldes Móres*, *O Panorama*, 8 (148), Lisboa, Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, pp.335-337.

²⁷ SANTOS, Joaquim Rodrigues dos (2008), Alexandre Herculano: A Idealização de uma Imagem do «Castelo Medieval Português», *Biblos*, série 2 (6), Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pp.443-447.

²⁸ A obra *Diccionario Historico e Documental*[...] [VITERBO, Francisco Sousa (1899-1904), *Diccionario Historico e Documental dos Architectos, Engenheiros e Constructores Portugueses ou ao Serviço de Portugal*, 3 vols., Lisboa, Imprensa Nacional], publicada entre 1899 e 1904 por Francisco Sousa Viterbo (1846-1910), foi um dos exponentes máximos de obras historiográficas de âmbito biográfico relativas ao estudo da arquitectura, encontrando-se também aí mencionados alguns construtores de fortificações.

²⁹ ROSMANINHO, António (1993), *A Historiografia Artística Portuguesa de Raczyński ao Dealbar do Estado Novo (1846-1935)*, Coimbra, Texto Policopiado (Tese de Mestrado - Universidade de Coimbra), pp.22-23.

³⁰ MATOS, Sérgio Campos (1998), *Historiografia e Memória Nacional: No Portugal do Séc. XIX (1846-1898)*, Lisboa, Edições Colibri, pp.28-32.

A historiografia liberal portuguesa abordava os monumentos sob uma perspectiva historicista, ou seja, estudava os monumentos pela sua participação em eventos históricos significativos e não pela sua relevância estética. Sendo o conjunto geral de cidadãos – sem cultura formal sólida e somente capaz de ler textos simples e directos – o destinatário da atitude pedagógica que atribuía um valor cognitivo aos monumentos arquitectónicos, foi determinante a difusão de imagens que reproduziam edifícios históricos³¹. De maneira gradual, também os castelos medievais começaram a ser temáticas mais correntes nos textos de âmbito historiográfico. Mas o foco principal dos textos continuava a incidir sobretudo na narrativa de acontecimentos sucedidos ou relacionados com essas estruturas edificadas, sendo relativamente escassa a descrição formal dos edifícios, dos seus elementos constituintes, da sua evolução arquitectónica, das suas técnicas e materiais construtivos, dos seus autores, dos seus estilos artísticos, etc. Foi neste contexto de vulgarização historicista que surgiu a obra de Inácio de Vilhena Barbosa (1811-1890), o mais profícuo jornalista português do séc. XIX relativamente às temáticas abordando castelos medievais.

Vilhena Barbosa não era propriamente um historiador mas sim um divulgador de temáticas históricas e patrióticas. Os seus textos que abordaram fortificações defensivas medievais costumavam dar prioridade sobretudo aos aspectos históricos das estruturas defensivas (época de fundação, fundadores, eventos importantes que lhes estavam associados), elegidos consoante a sua importância histórica ou monumental. Os artigos publicados em diversas revistas ilustradas³², além do notório cariz propagandista, mostravam uma investigação pouco profunda, notando-se em muitos casos a ausência de fontes credíveis, o reduzido espírito crítico e a enunciação de lendas como eventos comprovados. Existia a intenção de narrar directamente a história das fortificações de uma forma atractiva, inclusivamente com a ajuda da ficção como intervenção valorativa. O objectivo patriótico de tentar motivar os leitores com o conhecimento da história pátria – neste caso, por intermédio das fortificações medievais – originou uma forma literária que pretendia numa primeira instância agradar ao leitor e corresponder às suas apetências. Somente depois de captar o seu interesse se conseguia a função formativa. A reprodução de imagens das fortificações complementava os textos e permitia ilustrá-los, tornando-os mais atractivos e menos fastidiosos.

Essas características encontravam-se também presentes na sua obra *Monumentos de Portugal*[...] ³³ publicada em 1886: extensos textos sobre monumentos portugueses – alguns deles fortificações medievais – que se compunham por narrativas históricas e descrições físicas em que não existia crítica artística. Noutra obra sua, *As Cidades e Villas da Monarchia Portuguesa*[...] ³⁴ publicada entre 1860 e 1862, podiam encontrar-se descrições sumárias de cidades portuguesas e dos seus monumentos, sendo alguns deles fortificações medievais. Estas obras incluíam-se numa tendência historiográfica de cariz divulgador que produzia compêndios essencialmente histórico-descritivos de monumentos e lugares de importância significativa³⁵. Também poderia ser incluído num vasto movimento originado pelo que se acordou denominar como “antiquários”: aficionados das antiguidades que se dedicavam à recompilação e estudo (sem labor crítico profundo e, frequentemente, manipulando a informação) de obras antigas, elaborando diversos compêndios com descrições visuais e escritas das obras analisadas³⁶.

³¹ A publicação de livros que associavam textos a gravuras de monumentos arquitectónicos havia-se estendido já por diversos países, podendo ser mencionadas as obras de Francesco Milizia (1725-1798), Antonio Bossio (1575-1629), Bernard de Montfaucon (1655-1741), Giovanni Battista Piranesi (1720-1778), Ludovico Antonio Muratori (1672-1750) e Julien-David Le Roy (1724-1803).

³² Entre outros periódicos: *Archivo Pittoresco*, *Universo Pittoresco*, *A Ilustração Luso-Brazileira*, *O Occidente*, *Artes e Letras*, e *Panorama Photographico de Portugal*.

³³ BARBOSA, Inácio de Vilhena (1886), *Monumentos de Portugal: Históricos Artísticos e Archeológicos*, Lisboa, Castro & Irmão Editores.

³⁴ BARBOSA, Inácio de Vilhena (1860-62), *As Cidades e Villas da Monarchia Portuguesa que Teem Brasão d'Armas*, 3 vols., Lisboa, Typographia do Panorama.

³⁵ Por exemplo, podem-se mencionar a obra *Monumentos Nacionaes* [LEAL, José Mendes (1868), *Monumentos Nacionaes*, Lisboa, Typographia Franco-Portugueza], publicada em 1868 por José Mendes Leal (1818-1886), ou a obra *Portugal Antigo e Moderno*[...] [LEAL, Augusto Pinho (1873-1890), *Portugal Antigo e Moderno: Dicionário Geográfico, Estatístico, Chorográfico, Heráldico, Archeológico, Histórico, Biográfico & Etymológico de Todas as Cidades, Villas e Freguesias de Portugal e Grande Número de Aldeias*, 12 vols., Lisboa, Livraria Editora de Mattos Moreira] elaborada por Augusto de Pinho Leal (1816-1884) entre 1873 y 1890.

³⁶ Podem-se mencionar por exemplo obras realizadas por Andrew Coltee Ducarel (1718-1786), Francis Grose (c.1731-1791), John Britton

O recurso historiográfico de narrativas apoloéticas de índole cada vez mais nacionalista e metafísica foi bastante incrementado na primeira metade do séc. XX, reagindo à forte afirmação dos nacionalismos europeus, ao pensamento positivista que costumava reduzir a Humanidade a um mero ente sem vontade própria (puramente regulamentado por leis naturais) e a acontecimentos nefastos (as duas guerras mundiais, o Grande Depressão económica, a expansão de regimes autoritários, as diversas revoluções, etc.)³⁷. A influência historiográfica intuicionista começou a sentir-se mais vigorosamente em Portugal depois da implantação da República em 1910 e, principalmente, no período posterior à Primeira Guerra Mundial.

De um modo análogo à revolução liberal oitocentista, para os republicanos portugueses a historiografia logrou alcançar uma enorme importância como instrumento formativo para o povo, já que o aproximava dos valores pátrios. A orientação temática e a metodologia adoptada pelas tendências historiográficas intuicionistas propunham uma reacção contra a concepção racionalista, defendendo que a historiografia não era uma ciência exacta baseada só em análises de dados mas sim uma ciência da vida, o que supõe uma teoria não só com presença da razão mas também dos sentimentos³⁸. O incremento dos sentimentos nacionalistas e providencialistas reflectiu-se na historiografia portuguesa e, logicamente, também nas obras que tratavam estruturas defensivas medievais.

Tal foi visível nas obras elaboradas por Duarte Veiga (1881-1944) e por Humberto Beça (1878-1923): Duarte Veiga publicou entre 1921 e 1939 a obra *Castelos e Monumentos Militares das Beiras*³⁹, enquanto que Humberto Beça publicou três textos apresentados em outros tantos congressos (*Castelos de Portugal: Os Castelos das Beiras*⁴⁰ em 1922, *Castelos de Portugal: Os Castelos de Entre-Douro e Minho*⁴¹ em 1923, e *Castelos de Hespanha, Castelos de Portugal*⁴² também em 1923). Nas obras de ambos os autores encontrava-se uma introdução evocativa da importância de tais monumentos arquitectónicos para a história de Portugal, como cenários de eventos importantes e gloriosos. Um tom dramático era conseguido mediante a constatação do estado ruinoso de muitas estruturas defensivas, motivando apenas vigorosos à sua recuperação de maneira a que se preservassem esses vestígios como importantes testemunhos do valor da raça e glória portuguesas. Humberto Beça insistia ainda no facto de que os castelos medievais poderiam reconstituir a história guerreira do povo português e os traços étnicos patentes nas suas qualidades militares, bem como as distintas fronteiras que haviam existido.

Mas o corpo principal das obras era destinado à enumeração das diversas edificações defensivas mediante breves descrições formais e a narração frequentemente evocadora dos principais feitos históricos que lhes estavam associados. Os autores limitavam-se a coligir e resumir dados já conhecidos e publicados, não contribuindo com novas fontes e metodologias de investigação nem concedendo tampouco nenhuma crítica artística. O escasso rigor historiográfico reflectia-se além disso nas definições

(1771-1857), Augustus Charles Pugin (1762-1832), François Villedieu (1790-1870), Carl Ritter (1779-1859), Georg Moller (1784-1852) e Christian Ludwig Stieglitz (1756-1836).

³⁷ Enquanto que Henri-Louis Bergson (1859-1941) se afastava dos princípios racionalistas redutores do espírito criador humano em prol de uma atitude intuicionista que aceitava o livre arbítrio da vontade humana, Oswald Gottfried Spengler (1880-1936) preconizava um modelo de civilização de várias sociedades com estados culturais distintos, as quais evoluíam segundo os ciclos de ascensão e decadência. Spengler defendia que a Idade Média havia sido uma época de florescimento cultural para a sociedade europeia, pelo que frente à crise vivida em princípios do séc. XX, havia que recuperar os valores ancestrais medievais com ajuda da fé cristã (uma das criadoras da alma europeia). O pensamento de Henri-Louis Bergson e de Oswald Gottfried Spengler foi fortemente influenciado por historiadores românticos como Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), Thomas Carlyle (1795-1881) ou Leopold von Ranke (1795-1886): Jean-Jacques Rousseau desprezava a razão em favor do sentimento, considerando que este era determinado de acordo com a vontade de Deus; Thomas Carlyle, que havia criticado o afastamento dos valores morais cristãos por parte da sociedade capitalista e racionalista, tentava inverter a situação mediante uma historiografia pitoresca e frequentemente falsa, enaltecendo heróis inspirados por Deus; também Leopold von Ranke defendia um papel providencialista na determinação da evolução histórica das sociedades através da inspiração dos povos por parte de Deus [LEFEBVRE, Georges (1981), *O Nascimento da Moderna Historiografia*, Lisboa, Sá da Costa Editora, pp.158-284].

³⁸ TORRAL, Luís Reis (1996), Sob o Signo da «Reconstrução Nacional», in CATROGA, Fernando, MENDES, José Amado, TORRAL, Luís Reis, *História da História em Portugal: Sécs. XIX-XX*, Lisboa, Círculo de Leitores e Autores, pp.227-228.

³⁹ VEIGA, Duarte (1921-1939), *Castelos e Monumentos Militares das Beiras*, 3 vols., Lisboa, Direcção dos Serviços Gráficos do Exército.

⁴⁰ BEÇA, Humberto (1922), *Castelos de Portugal: Os Castelos das Beiras*, Porto, Companhia Portuguesa Editora.

⁴¹ BEÇA, Humberto (1923), *Castelos de Portugal: Os Castelos de Entre-Douro e Minho*, Famalicão, Tipografia Minerva.

⁴² BEÇA, Humberto (1923), *Castelos de Hespanha, Castelos de Portugal*, Porto, Tipografia Artes & Letras.

erróneas utilizadas frequentemente, na escolha sem critérios definidos dos edifícios para estudo, e nas insinuações realizadas sem provas documentais ou proposições teóricas credíveis.

As características intuicionistas, providencialistas e apologéticas enfatizaram-se consideravelmente na historiografia produzida sob o regime ditatorial subsequente à Primeira República. Num regime nacionalista, conservador, tradicionalista e fortemente influenciado pela doutrina católica, tentou-se modelar a sociedade de acordo com um protótipo idealizado de valores ancestrais, retomando os pressupostos de que a história não podia ser esquecida mas sim recordada: o revisionismo historicista sob o espírito nacionalista do regime ditatorial considerava a história como uma lição que evitaria erros do Passado e permitiria retomar e superar as glórias passadas, seguindo o rumo traçado pelo líder António de Oliveira Salazar (1889-1970)⁴³. A historiografia oficial mostrava predilecção axiológica pelas grandes manifestações de heroísmos nacionais, como ocorrências históricas gloriosas (grandes vitórias bélicas, sacrifícios e demonstrações de religiosidade, descobrimentos e expansão ultramarina) ou importantes personagens históricos, comparando-os frequentemente com Oliveira Salazar de modo messiânico.

A investigação historiográfica realizada sob o Estado Novo favoreceu essencialmente temáticas associadas à formação de Portugal, aos descobrimentos marítimos e à restauração da independência frente a Espanha. Dentro desse âmbito, as fortificações assumiram um enorme valor figurativo e simbólico na ideologia ditatorial, visível na sua predilecção como objecto de estudo historiográfico, como estruturas propícias para sofrer intervenções restaurativas ou como cenários de manifestações propagandísticas ou culturais. Assim se explica também porque durante o Estado Novo surgiram diversas obras dedicadas ao estudo de castelos medievais, recorrendo a sínteses descritivas e memorativas. Os expoentes máximos nesse sentido foram as obras *Os Castelos na História de Portugal*⁴⁴, publicada por Jorge de Figueiredo (†2010) em 1964 e, principalmente, *A Gloriosa História[...]*⁴⁵, publicada em 1969 por Damião Peres⁴⁶ (1889-1976), ambas exclusivamente dedicadas às fortificações medievais e com claros objectivos divulgadores. Esses objectivos eram visíveis no menor rigor científico, na importância dada ao castelo de S. Mamede em Guimarães – considerado pelo regime como o berço da nação portuguesa – e na inclusão de lendas relativas a alguns dos castelos.

Os autores não realizaram nenhuma investigação especial, tendo-se limitado na generalidade a coligir numerosos dados bibliográficos, que depois conformaram as suas obras. As introduções desenvolviam mais ou menos sumariamente a evolução das fortificações ao longo dos tempos, desde a pré-história até ao advento da pirobalística e conseqüente declínio dos castelos adaptados à neurobalística, incluindo elementos de índole histórica, social, geográfica e étnica, assim como alusões a táticas poliorcéticas antigas e à administração dos castelos. Mas o foco principal das obras foi a análise individual dos distintos castelos através de textos narrativos – com frequência apologeticamente, na obra de Damião Peres – descrevendo acontecimentos históricos relevantes associados a cada castelo e efectuando descrições formais genéricas das fortificações, tudo devidamente complementado com fotografias e desenhos das estruturas defensivas ou representações de cenas históricas. A crítica artística ou castelológica continuava a ser inexistente. Apesar de tudo, de ambas as obras ressalta uma descrição física geral para os castelos medievais portugueses, segundo um modelo com características próprias supostamente bem definidas.

Mais especificamente, a obra de Jorge de Figueiredo apresentava transcrições de textos que mencionavam os diferentes castelos⁴⁷, defendendo uma negação da origem racial específica dos portugueses relativamente ao resto dos povos peninsulares e concedendo assim uma maior preponderância à

⁴³ TORGAL, Luís Reis (1996), A História em Tempo de «Ditadura», in CATROGA, Fernando, MENDES, José Amado, TORGAL, Luís Reis, *História da História em Portugal: Sécs. XIX-XX*, Lisboa, Círculo de Leitores e Autores, pp.241-242.

⁴⁴ FIGUEIREDO, Jorge de (1964), *Os Castelos na História de Portugal*, Lisboa, Gráfica Boa Nova.

⁴⁵ PERES, Damião (1969), *A Gloriosa História dos Mais Belos Castelos de Portugal*, Barcelos, Portucalense Editora.

⁴⁶ Damião Peres foi o director da obra *História de Portugal[...]* [PERES, Damião, *História de Portugal: Profusamente Ilustrada e Colaborada pelos mais Eminentes Historiadores e Artistas Portugueses*, Barcelos, Portucalense Editora] publicada entre 1928 e 1954, que era considerada a grande obra historiográfica produzida sob o *Estado Novo*.

⁴⁷ Curiosamente também apresentava um elucidário turístico com os monumentos que poderiam ser visitados nas redondezas de cada castelo abordado.

vontade do povo e ao papel desenvolvido pelas fortificações na materialização dessa obstinação. Além disso insinuava que a diferença entre os castelos portugueses e os europeus se devia ao distinto feudalismo existente em Portugal. Relativamente à obra de Damião Peres, existiu uma tentativa de clarificar as diferenças tipológicas de modo a englobar paços acastelados e fortificações de transição, demonstrando um desenvolvimento na terminologia castelológica.

De destacar que o carácter apologético associado aos castelos não se esgotou com o fim do regime nacionalista do Estado Novo: em 1986 Júlio Gil publicou *Os Mais Belos Castelos[...]*⁴⁸, uma obra onde predominava uma narrativa memorativa ornamentada dos eventos históricos e lendas associadas às estruturas militares. Na obra, bastante ilustrada com fotografias e alguns alçados rigorosos, existiam poucas descrições físicas das edificações e sem nenhuma crítica artística; o público-alvo era o povo em geral, pelo que o rigor investigativo era praticamente nulo. Não obstante, em algumas caixas de texto encontravam-se definições terminológicas sintetizadas para os diferentes elementos arquitectónicos defensivos, ilustrados ainda com desenhos com perspectivas desses elementos.

As obras divulgadoras de índole monográfica sobre castelos medievais continuaram a ser produzidas paralelamente às sínteses desde princípios do séc. XX até à actualidade⁴⁹. Sem crítica artística, sem um estudo judicioso sobre novas fontes documentais ou outras, sem um processo metodológico de investigação e sem contributos inovadores, estas obras de âmbito memorativo continuavam a ser meras narrativas de feitos pessoais ou de eventos históricos associados às estruturas defensivas, frequentemente em conjugação com memórias descritivas acríticas, de maior ou menor profundidade e mais ou menos apologéticas. Este tipo de obras é habitualmente desenvolvido por autores amadores e voluntaristas como resultado de demonstrações de afecto pelos monumentos locais. Situados de algum modo fora do âmbito propagandista mais oficial, reconhece-se no entanto um propósito divulgador, tentando promover os monumentos regionais numa esfera mais alargada. Esses objectivos de difusão originaram inclusivamente diversas obras de carácter turístico dedicadas às fortificações portuguesas⁵⁰.

A HISTORIOGRAFIA POSITIVISTA DA ARQUITECTURA, DE ÂMBITO METÓDICO E RACIONALISTA

Os estudos historiográficos sobre a arquitectura só começaram de forma judiciosa em Portugal a partir de meados do séc. XIX, com o surgimento da questão do manuelino enquanto estilo arquitectónico nacional por acção de Francisco Adolfo de Varnhagen⁵¹ (1816-1878), que algumas décadas mais

⁴⁸ GIL, Júlio (1986), *Os Mais Belos Castelos e Fortalezas de Portugal*, Lisboa, Editorial Verbo.

⁴⁹ Por exemplo, podem-se mencionar: *O Castelo de Alvito* [ALMEIDA, José Fialho de (1908), *O Castelo de Alvito*, Lisboa, Sociedade Astória] publicado em 1908 por José Fialho de Almeida; *O Castello da Feira[...]* [TÁVORA, Fernando de Tavares e (1917), *O Castello da Feira: Sua Descrição, sua Historia e Noticia Sobre os Condes da Feira*, Porto, Oficinas de O Comércio do Porto] publicado em 1917 por Fernando de Tavares e Távora; *Castelos do Distrito de Viana* [GUERRA, Luís de Figueiredo da (1926), *Castelos do Distrito de Viana*, in *O Instituto*, 73 (5-separata), Coimbra, Imprensa da Universidade] publicado em 1926 por Luís de Figueiredo da Guerra; *O Castelo de Bragança[...]* [TEIXEIRA, António José (1933), *O Castelo de Bragança: Notas Histórico-Descriativas*, Lisboa, Edição Shell News] publicado em 1933 por António José Teixeira; *A Sé e o Castelo de Silves* [JÚDICE, Pedro Mascarenhas (1934), *A Sé e o Castelo de Silves*, Gaia, Edições Pátria] publicado em 1934 por Pedro Mascarenhas Júdice; *Castelo da Feira[...]* [FERREIRA, Vaz (1939), *Castelo da Feira: Onde Nasceu Portugal*, in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, (separata), Coimbra, Gráfica de Coimbra] publicado em 1939 por Vaz Ferreira; *O Castelo de Vila Viçosa* [SEQUEIRA, Gustavo de Matos (1961), *O Castelo de Vila Viçosa*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança] publicado em 1961 por Gustavo de Matos Sequeira; *O Castelo de Guimarães* [FONTE, Barroso da (1992), *O Castelo de Guimarães*, Braga, Correio do Minho] publicado em 1992 por Barroso da Fonte; *Castelo de Óbidos* [CASTRO, Francisco Lyon de (1992), *Castelo de Óbidos*, Mem Martins, Lyon Multimédia Edições] e *Castelo de Sintra ou Castelo dos Mouros* [CASTRO, Francisco Lyon de (1996), *Castelo de Sintra ou Castelo dos Mouros*, Mem Martins, Lyon Multimédia Edições] ambos publicados em 1996 por Francisco Lyon de Castro; e *As Defesas de Lisboa[...]* [DOMINGOS, Maria, JESUS, Orlando de (2004), *As Defesas de Lisboa: Castelo de S. Jorge e a Cerca Moura*, Lisboa, Videograha] publicado em 2004 por Maria Domingos e Orlando de Jesus.

⁵⁰ Por exemplo, podem-se mencionar: *Castles of Portugal* [EÇA, Vicente de Almeida d' (1925), *Castles of Portugal*, Lisboa, Secretaria de Estado da Informação e Turismo], publicado em 1925 por Vicente de Almeida d'Eça (1852-1929); *Portugal Turístico – Castelos* [VILAS, Ribeiro (1936), *Portugal Turístico - Castelos*, Lisboa, Empresa do Anuário Comercial], publicado em 1936 por Ribeiro Vilas; *Castelos e Fortalezas da Costa Azul* [GONÇALVES, Luís, VICTOR, Isabel (1993), *Castelos e Fortalezas da Costa Azul*, Setúbal, Região de Turismo da Costa Azul], publicado em 1993 pela Região de Turismo da Costa Azul; e *Defesas: Fortes e Castelos* [RAMALHO, Margarida Magalhães (1997), *Defesas: Fortes e Castelos*, in *Guia Expresso o Melhor de Portugal*, (17), Lisboa, Expresso], publicado em 1997 como parte do *Guia Expresso o Melhor de Portugal*.

⁵¹ Francisco Varnhagen enumerou as características formais do manuelino, o suposto estilo arquitectónico português, secundado por João da Silva Leitão (1799-1854) – mais conhecido como Almeida Garrett. A temática também foi parcialmente abordada por Luís Mouzinho de Albu-

tarde Joaquim da Fonseca Vasconcelos (1849-1936) refutou mediante uma crítica mais fundamentada⁵². Iniciava-se assim, de modo substancialmente mais consistente, a historiografia da arquitectura em Portugal, com obras de maior profundidade que incidiam sobre temáticas específicas⁵³. Rute Figueiredo afirma que por essa época a arquitectura havia começado a ser entendida como uma expressão materializada dos tempos culturais, sociais e ideológicos, e como tal era necessário encontrar um princípio susceptível de a definir também como expressão imediata da identidade nacional. Os estudos sobre arquitectura em Portugal assumiram – como em quase toda a Europa – a complexa função de incorporar a memória nacional na construção do seu universo discursivo, tentando fundamentar a possível existência de um estilo arquitectónico originalmente português. Por tanto, os críticos portugueses propuseram-se a encontrar a origem da arquitectura portuguesa no Passado, de modo a corresponder às necessidades de exaltação patriótica requeridas pela sociedade contemporânea⁵⁴.

O desenvolvimento dos estudos arqueológicos contribuiu também para a evolução historiográfica sobre a arquitectura, com destaque para a acção de Joaquim Possidónio da Silva (1806-1896): em 1863 fundou-se sob o seu incentivo a Associação dos Architectos Civis, renomeada em 1872 como Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes (RAACAP) ao mesmo tempo que recebia o patrocínio régio. Pouco a pouco a RAACAP começou a orientar a sua actividade para os estudos histórico-arqueológicos e a defesa patrimonial, promovendo inventários e levantamentos gráficos de monumentos, excursões arqueológicas e debates sobre as intervenções patrimoniais. Em 1874 surgiu a publicação periódica do *Boletim de Architectura e Archeologia*, publicado pela RAACAP. Esta havia sido influenciada pela Sociéte Française d'Archeologie, pela Sociéte Central des Architectes de Paris e pelo Royal Institute of the British Architects. A importância de Possidónio da Silva no panorama arqueológico português foi essencial não só pelo seu papel na fundação da RAACAP ou pelas suas obras publicadas, mas também por ter iniciado a prática de efectuar levantamentos cadastrais aos monumentos arquitectónicos⁵⁵.

Na sua obra *Noções Elementares de Archeologia*⁵⁶ publicada em 1878, Possidónio da Silva ensaiou uma primeira intenção em estabelecer uma cronologia aplicada aos distintos períodos arquitectónicos, observando-se uma busca por conhecimentos em áreas fora da arquitectura – o campo historiográfico e arqueológico, o carácter sociológico ou as noções tecnológicas (sistemas construtivos, materiais utilizados). Entre os vários tipos arquitectónicos abordados estava a arquitectura defensiva medieval. A influência francesa era evidente, visto que exceptuando alguns apontamentos esporádicos de casos portugueses, os exemplos e imagens apresentados por Possidónio da Silva eram essencialmente franceses, demonstrando assim ser uma compilação de estudos de proveniência francesa⁵⁷.

querque (1792-1846) em relação ao mosteiro de Sta. Maria da Vitória na Batalha.

⁵² Para Joaquim Vasconcelos a planimetria, os alçados, os perfis de elementos arquitectónicos e outros elementos construtivos eram fundamentais para definir um estilo arquitectónico, em lugar de se basear essencialmente na decoração [ROSAS, Lúcia Cardoso (1995), *Monumentos Pátrios: A Arquitectura Religiosa Medieval – Património e Restauro (1835-1928)*, Porto, Texto Policopiado (Dissertação de Doutoramento - Universidade do Porto), p.100]. Tendo estudado na Alemanha entre 1859 e 1865, o seu contacto com a cultura e métodos heurísticos presentes na investigação alemã concederam-lhe uma sólida formação humanística e crítica no âmbito das artes, contribuindo assim para a introdução em Portugal de bases ideológicas e metodológicas para a investigação artística [FRANÇA, José-Augusto (1999), *O Romantismo em Portugal*, Lisboa, Bertrand Editora, p.517].

⁵³ Alguns dos historiadores oitocentistas da arquitectura portuguesa mais importantes foram Augusto Filipe Simões (1835-1884), Karl Albrecht Haupt (1852-1932), Augusto Maria Fuschini (1843-1911) e Gabriel Victor Pereira (1847-1911).

⁵⁴ FIGUEIREDO, Rute (2007), *Arquitectura e Discurso Crítico em Portugal (1839-1918)*, Lisboa, Edições Colibri, p.138.

⁵⁵ A autorização para efectuar os levantamentos foi concedida mediante a Portaria de 27 de Outubro de 1858, com a intenção de ser realizado um inventário dos edificios portugueses que poderiam ser classificados como monumentos nacionais. Anteriormente a Possidónio da Silva tinha-se já executado um extenso levantamento do mosteiro de Sta Maria da Vitória na Batalha, efectuado por James Cavanaugh Murphy (1760-1816). O resultado foi uma importante obra analítica, gráfica e escrita dos aspectos artísticos e sistemas construtivos aí existentes. Os levantamentos rigorosos eram por essa época uma prática frequente, com destaque para Reino Unido onde John Carter (1748-1817), por intermédio da Society of Antiquaries, foi um dos casos mais relevantes.

⁵⁶ SILVA, Joaquim Possidónio da (1878), *Noções Elementares de Archeologia*, Lisboa, Lallement Frères.

⁵⁷ Possidónio da Silva possuía uma formação realizada no estrangeiro, e foi em França que incorporou os estudos relacionados com a análise dos monumentos, com as teorias da conservação e restauro do património, e com a ciência arqueológica.

Os avanços arqueológicos⁵⁸ realizados no contexto europeu tinham permitido o contacto mais directo com estruturas e elementos antigos. Por outro lado, também o espírito racionalista havia originado o levantamento e catalogação de várias estruturas construídas⁵⁹, permitindo que o acesso a um vasto conjunto de imagens de edifícios, apresentados nos compêndios, possibilitasse o desenvolvimento eficaz do método comparativo mediante uma interpretação iconográfica das ilustrações. Nesse sentido o movimento arqueológico francês havia já iniciado o estabelecimento dos fundamentos da historiografia positivista da arte, ao mesmo tempo que afirmava a necessidade de empreender o restauro de numerosas obras de arte antigas.

Arcisse de Caumont (1801-1873) foi seguramente um dos activistas mais destacados que possibilitaram o desenvolvimento da arqueologia francesa⁶⁰. A sua importância poderia ser sublinhada sobretudo pela sua obra *Histoire Sommaire de l'Architecture[...]*⁶¹, publicada em 1836 e que, como o nome indica, promoveu também o estudo da arquitectura militar medieval: esta obra sem dúvida que constituiu a principal plataforma onde Possidónio da Silva se inspirou para elaborar a sua obra *Noções Elementares de Archeologia*. De facto, a obra representa um marco no estudo das fortificações medievais, não só pelas escrupulosas metodologias de estudo utilizadas, mas também porque estabeleceu um sistema de divisões estilísticas devidamente enquadradas e denominadas de acordo com a sua classificação cronológica⁶² (a divisão foi elaborada segundo os estilos arquitectónicos aplicados à arquitectura religiosa). A narração de eventos históricos associados às estruturas fortificadas demonstra o emprego de fontes documentais de forma mais judiciosa, e o método comparativo utilizado para a análise dos casos estudados revelava a existência de indícios de crítica arquitectónica. O progresso metodológico era também evidente na complementaridade do estudo protocastelológico com alguns campos novos de investigação, comprovado pela análise – ainda superficial – do sistema feudal e sociedade medieval, da administração das estruturas militares, e da descrição de materiais construtivos, apontando assim novas orientações para a investigação.

Os pressupostos metodológicos seguidos por Possidónio da Silva ou Arcisse de Caumont – que tinha sido professor de Possidónio da Silva em França⁶³ – surgiram como causa dos repentinos progressos alcançados pela ciência e tecnologia, que haviam seguido os avanços racionalistas protagonizados durante o Iluminismo. A entronização do conhecimento científico mediante as metodologias comparativas⁶⁴

⁵⁸ Por exemplo, as descobertas de Herculano em 1713, de Paestum em 1746 e de Pompeia em 1748, associado às escavações arqueológicas em Roma e Atenas.

⁵⁹ Anne-Claude-Philippe de Lévis (1692-1765), conde de Caylus, considerava necessária a presença da obra de arte para poder avaliá-la, visto que os sentimentos produzidos nos seus observadores não eram quantificáveis e tampouco poderiam ser transpostos para imagens. Estas imagens seriam meros instrumentos de trabalho, já que eram desprovidas da vivacidade existente nos originais [CHOAY, Françoise (2000), *A Alegria do Património*, Lisboa, Edições 70, pp.70-71].

⁶⁰ Em 1824 foi fundada por Arcisse de Caumont a Société des Antiquaires de Normandie, bem conhecida por Possidónio; dez anos mais tarde, em 1834, esta foi renomeada como Société Française d'Archéologie; a partir de 1835 promoveu a publicação do *Bulletin Monumental*, que abordava temáticas relativas aos monumentos franceses. Com esse mesmo sentido, Adolphe Napoléon Didron (1806-1867) fundou em 1844 os *Annales Archéologiques*, uma publicação periódica destinada a debater princípios arqueológicos e postulados doutrinários para o restauro artístico [BAZIN, Germain (1989), *História da História da Arte: De Vasari aos Nossos Dias*, São Paulo, Martins Fontes Editora, p.100].

⁶¹ CAUMONT, Arcisse de (1838), *Histoire Sommaire de l'Architecture Religieuse, Civile et Militaire au Moyen Âge*, Paris, Chez Lance.

⁶² Jean-François Félibien (1658-1733) tinha realizado um primeiro ensaio, distinguindo períodos dentro do que considerava como sendo um mesmo estilo. Johann Joachim Winckelmann (1717-1768), que considerava imprescindível o rigor para o estudo da arquitectura, examinava os seus objectos de estudo medindo-os, catalogando-os, estudando as técnicas construtivas, os materiais, os tempos de construção, as culturas associadas, etc., comparando-os depois com outros modelos. O seu método operativo, que utilizava procedimentos comparativos de análise estilística e formal, possibilitou-lhe gerar de modo mais preciso o conceito de estilo, reconhecendo distintas épocas e períodos dentro deles. Tal fundamentação epistemológica capacitou-o para propor um esquema taxonómico de classificação da arquitectura dentro de estilos com cronologias de algum modo precisas, e com isso definir uma periodização geral da arte antiga. A sua obra foi considerada a primeira obra historiográfica empírica da arquitectura, visto que o estudo crítico incidia sobre a arquitectura como forma de arte. Johann Winckelmann preocupou-se também com a definição do vocabulário associado à historiografia artística, fundamental para comunicar dados e como instrumento consciente de interpretação [BAUER, Hermann (1983), *Historiografia del Arte*, Madrid, Tauros Ediciones, pp.84-85].

⁶³ MAIA, Maria Helena (2010), Joaquim Possidónio Narciso da Silva (1806-1896), in CUSTÓDIO, Jorge (Coord. de), *100 Anos de Património: Memória e Identidade (Portugal 1910-2010)*, Lisboa, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, p. 71.

⁶⁴ A gnoseologia racionalista setecentista compreendia o Mundo como um composto de matéria e espírito, onde a matéria era regida por leis naturais estabelecidas por Deus e, por isso, era imutável e fatalmente inevitável a acção por si determinada [LEFEBVRE, Georges (1981), *O Nascimento da Moderna Historiografia*, Lisboa, Sá da Costa Editora, pp.121-122]. Estas leis poderiam ser analisadas racionalmente entre si,

originou o descobrimento de relações entre diversos eventos observados, proporcionadas também pelos inventários mais rigorosos que se vinham realizando desde o Iluminismo. Devidamente organizados os resultados obtidos, poder-se-ia assim formular leis constantes pelas quais se regeria a Natureza. A constatação das relações de causa-efeito e de que, mediante a aplicação de equações científicas aos indícios existentes se poderia conhecer o Passado, matizou substancialmente o movimento positivista⁶⁵. Além disso, considerava-se que se era teoricamente possível estabelecer as leis que dirigiam a evolução humana, então seria concebível poder conhecer não só o Passado mas também o Futuro, o qual já estaria predeterminado devido à constância das leis. Para isso investigou-se a sociedade recorrendo a metodologias com bases estatísticas inspiradas nas ciências experimentais, emergindo assim a sociologia como a ciência que estuda as sociedades⁶⁶.

Os positivistas acreditavam que a historiografia-ciência era necessária para o estudo das sociedades: o Passado permitiria compreender o Presente e prever o Futuro, e por isso a história era encarada como uma lição. Esse determinismo expurgava as anteriores doutrinas providencialistas (os factos explicavam-se por leis naturais, sendo recusada a intervenção divina, visto que esta não se poderia comprovar cientificamente) e o papel decisivo dos indivíduos excepcionais na história (os seus actos não eram fortuitos mas sim predeterminados e condicionados pela vontade da sociedade)⁶⁷. A história, no seu processo evolutivo, poderia ser determinada mediante uma ilação e relação de dados, pelo que a análise filológica dos dados contidos em documentos diversos (manuscritos, iconografia, paleografia, epigrafia) possibilitou o desenvolvimento de uma metodologia historiográfica mais eficiente, precisa e especializada que já não se baseava somente em ideias gerais. A historiografia começou a ser complementada por outras áreas do conhecimento como a sociologia, a economia, a antropologia, a política, etc.⁶⁸.

Juntamente com a historiografia de carácter divulgador surgiu uma historiografia erudita, especializada e metódica, agrupada segundo duas tendências principais: uma de cariz eminentemente descritivo, fundamentada na crítica rigorosa das fontes e que enfatizava os aspectos políticos, económicos, religiosos e institucionais da história; outra de componente teórico-filosófica que ressaltava a definição de constantes históricas e antepunha os factores explicativos aos descritivos⁶⁹. Dentro da historiografia erudita, a especialização e o contacto com outros campos de investigação originaram um desenvolvimento significativo da historiografia da arte. As ciências sociais, de origem positivista, começaram a influenciar o modo como a historiografia percebia a arte⁷⁰.

A obra artística começou a ser conotada com o ambiente onde tinha sido produzida, relacionando-se também com o gosto e costumes da sua época: efectivamente, a obra de arte produzir-se-ia no seio de uma sociedade e de uma situação histórica específica, onde o artista era mais uma das partes ac-

procurando-se constantes para as interpretar. Nesse sentido a anatomia comparada proposta pelo naturalista Georges Dagobert Cuvier (1769-1832) é um bom exemplo.

⁶⁵ Jean-Baptiste de Monet (1744-1829), mais conhecido como cavaleiro de Lamarck, Charles Robert Darwin (1809-1882) e Ernst August Haeckel (1834-1919) foram três dos principais interlocutores do positivismo nas ciências naturais, onde as suas teorias defendiam o transformismo evolucionista gradual dos seres vivos segundo um processo de constante adaptação às condicionantes existentes.

⁶⁶ Considerava-se que a Humanidade, como parte da natureza, também estaria necessariamente regida pelas leis naturais; ou seja, movia-se por objectivos invariáveis provenientes do transcorrer da evolução cósmica – o progresso histórico da humanidade seria parte da materialização do evolucionismo ontológico. Ainda no séc. XIX, Edmund Burke (1729-1797), inspirado pelo pensamento romântico, defendeu que as nações evoluíam como os seres vivos, de acordo com a sua constituição social; por sua vez, Isidore Auguste Comte (1798-1857) e, mais tarde, Herbert Spencer (1820-1903), advogaram que mediante a observação da sociedade poder-se-iam determinar as leis que regeriam o seu progresso.

⁶⁷ CATROGA, Fernando (1977), *Os Inícios do Positivismo em Portugal: O seu Significado Político-Social*, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias - Universidade de Coimbra, p.46.

⁶⁸ Podia-se observar isso nos estudos sobre a sociedade efectuados por Numa Fustel de Coulanges (1830-1889): as crenças, artes, hábitos, tradições e cultura popular entre outros eram também elementos definidores das sociedades e, por extensão, das nações.

⁶⁹ MENDES, José Amado (1996), *Desenvolvimento e Estruturação da Historiografia Portuguesa*, in CATROGA, Fernando, MENDES, José Amado, TORRAL, Luís Reis, *História da História em Portugal: Sécs. XIX-XX*, Lisboa, Círculo de Leitores e Autores, pp.207-208.

⁷⁰ Para Jacob Burckhardt (1818-1897), inspirado em Johann Gottfried von Herder, existia uma forte conexão entre a arte e a cultura: esta última, considerada como expressão do *volksgeist* (espírito do povo), originava a realização da primeira, pelo que a história da arte seria também, indubitavelmente, uma história da cultura. Nesse mesmo sentido, Hippolyte Adolphe Taine (1828-1893) afirmava que assim como a anatomia ou mecânica possuíam leis que as regulavam, também a arte poderia ser regida por leis: as características essenciais das artes poderiam ser explicadas analisando as condições geográficas e históricas nas quais tinham sido originadas [LEFEBVRE, Georges (1981), *O Nascimento da Moderna Historiografia*, Lisboa, Sá da Costa Editora, p.260-263].

tivas. Quem encomendava as obras (poder religioso, económico, político, povo) condicionava também a produção artística; mas também o desenvolvimento técnico, os materiais existentes ou a perícia do artista encontravam-se reflectidos na obra de arte produzida⁷¹. A mera casualidade estética pessoal de cada artista era assim eliminada em favor da casualidade de cada momento histórico, e a obra de arte era considerada também um documento histórico indicador do nível da sociedade, visto responder aos imperativos e necessidades da mesma⁷². Estudando-se a arte poder-se-ia então conhecer a história das sociedades antigas e vice-versa. O positivismo relativo à historiografia da arte revelou além disso uma derivação determinista aplicada à estrutura material da obra artística, onde todos os fenómenos artísticos (estrutura e forma) resultariam das interacções materiais⁷³.

Ernesto Korrodi (1870-1944), arquitecto suíço radicado em Portugal, destacou-se como autor de uma das mais substanciais e precoces obras de investigação positivistas sobre a arquitectura defensiva medieval portuguesa⁷⁴, plasmada na sua monografia publicada em 1898 *Estudos de Reconstrução Sobre o Castelo de Leiria[...]*⁷⁵. A posição de investigação assumida por Ernesto Korrodi aproximava-se das metodologias positivistas praticadas noutros países europeus, com ampla repercussão em Portugal. A monografia sobre o conjunto fortificado – extremamente arruinado – de Leiria havia resultado de uma vontade de restaurá-lo; como tal, era indispensável adquirir um conhecimento profundo sobre as estruturas edificadas (torre de menagem e edificações anexas, paço medieval, igrejas de Sta. Maria da Pena e de S. Pedro, burgo medieval e cerca amuralhada) antes de se propor a sua reconstituição. A investigação foi realizada seguindo os diversos recursos metodológicos provenientes de vários campos epistemológicos.

A monografia elaborada por Ernesto Korrodi compunha-se de uma breve narração dos factos históricos mais importantes associados ao conjunto fortificado, assim como a descrição formal dos elementos subsistentes. As informações gerais basearam-se em fontes documentais e em prospecções arqueológicas. Além da utilização documental e epigráfica, os processos de datação das etapas construtivas também se efectuaram seguindo uma análise formal dos elementos decorativos e estruturais remanescentes, comparando-os com outros monumentos para tentar encontrar potenciais relações. Os vestígios arqueológicos foram também observados seguindo uma metodologia de leitura de paramentos, um predecessor da arqueologia da arquitectura. Baseando-se nos resultados adquiridos, Ernesto Korrodi efectuou uma reconstituição do conjunto edificado na Idade Média, não só a nível formal mas também funcional⁷⁶.

Amplas ilustrações de grande qualidade artística, técnica e informativa completavam a monografia, demonstrando um profundo conhecimento do conjunto edificado e uma familiaridade com as noções de arquitectura medieval. Os seus desenhos dividiam-se em levantamentos do conjunto arruinado subsistente (vistas em perspectiva e aéreas do conjunto, vistas parciais e vistas de pormenor) e em propostas de reconstituição gráfica de como havia sido o conjunto fortificado, sustentadas com desenhos que evidenciavam uma análise cuidada das edificações (vistas em perspectiva e aéreas do conjunto, plantas,

⁷¹ ARGAN, Giulio Carlo, FAGIOLO, Maurizio (1994), *Guia de História da Arte*, Lisboa, Editorial Estampa, pp.36-37.

⁷² FIGUEIREDO, Rute Pinto (2007), *Arquitectura e Discurso Crítico em Portugal (1839-1918)*, Lisboa, Edições Colibri, p.160.

⁷³ Marc-Antoine Laugier (1713-1769) havia defendido um pensamento de índole determinista aplicado à arquitectura, estabelecendo que a essência da arquitectura era a sua estrutura, a qual por sua vez determinaria a forma final resultante (composta também por elementos secundários como paredes ou outros). Para Gottfried Semper (1803-1879) o resultado formal dos produtos artísticos derivava dos materiais aplicados e técnicas de construção adaptadas a estes, pelo que o produto final era consequentemente determinado pelos materiais constituintes [BAUER, Hermann (1983), *Historiografía del Arte*, Madrid, Tauros Ediciones, p.95].

⁷⁴ Entre vários monumentos portugueses, Ernesto Korrodi estudou os conjuntos fortificados de Leiria, de Porto de Mós, de Pombal e de Ourém e o paço dos Duques de Bragança em Barcelos [COSTA, Lucília Verdelho (1997), *Ernesto Korrodi (1889-1944): Arquitectura, Ensino e Restauro do Património*, Lisboa, Editorial Estampa, pp.150-170].

⁷⁵ KORRODI, Ernesto (1898), *Estudos de Reconstrução Sobre o Castelo de Leiria – Reconstituição Gráfica de um Notável Exemplo de Construção Civil e Militar Portuguesa*, Zurique, Instituto Polygraphico.

⁷⁶ Reconhecendo a importância do paço senhorial situado no castelo como um dos escassos representantes ainda subsistentes de uma residência aristocrática medieval em Portugal, Ernesto Korrodi efectuou um cuidadoso estudo do edifício. Em 1944 Ernesto Korrodi publicou *A Alcáçova do Castelo de Leiria[...]* [KORRODI, Ernesto (1944), *A Alcáçova do Castelo de Leiria e sua Significação Social e Política*, *Boletim da Academia de Belas-Artes*, (13), Lisboa, Academia de Belas-Artes, pp.12-28], um texto mais elaborado dedicado ao paço do castelo.

cortes e alçados detalhados que diferenciavam o existente e o proposto, e pormenores arquitectónicos). No entanto, ainda que a obra de Ernesto Korrodi denotasse uma investigação judiciosa, a reconstrução mostrava uma idealização imaginária do conjunto edificado, propondo partes inexistentes sem dados fidedignos para apoiá-las – como também o haviam feito outros arquitectos restauradores como Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc (1814-1879), Luca Beltrami (1854-1933), Alfredo César de Andrade (1839-1915) ou Bodo Ebhardt (1865-1945) entre outros.

Eugène Viollet-le-Duc foi o expoente máximo do movimento determinista na arquitectura, acreditando que esta havia derivado de uma evolução lógica das formas existentes na natureza. A conjugação entre essas diversas formas com os materiais, tecnologias e funções daria lugar aos diferentes estilos arquitectónicos que ostentavam intrinsecamente os distintos géneros. Os sistemas estruturais possuíam um valor fundamental, actuando no conjunto edificado de uma forma holista coerente, com correspondência integral desde o mínimo detalhe até ao conjunto global. Existiria uma adequação da forma à função, da estrutura à forma, e da ornamentação ao conjunto estrutural geral, formando um sistema lógico e perfeitamente unívoco.

A unidade resultante no edifício poderia ser por isso lida genericamente, bastando para isso descodificar de forma lógica as regras estabelecidas com as quais se havia construído o edifício. Se as formas provinham de uma adaptação lógica a uma determinada função, inexoravelmente sucederia também o contrário, sendo assim viável conhecer o Passado a partir do Presente. Eugène Viollet-le-Duc supunha que era possível identificar, através de vestígios existentes e valendo-se do cada vez mais desenvolvido conhecimento científico, todo o percurso de um edifício desde a actualidade até à sua fundação. Isso tornaria possível, em última instância, fundamentar o próprio restauro de um edifício partindo de uma base concreta e exacta originada no Passado, já que se poderiam procurar de forma segura os elementos arquitectónicos que haviam sido perdidos.

A historiografia relacionada com o estudo das fortificações medievais recebeu um impulso decisivo com as contribuições de Eugène Viollet-le-Duc através de várias obras importantes para a castelologia⁷⁷, que Ernesto Korrodi conhecia bem e nas quais se teria inspirado. Os estudos efectuados por Eugène Viollet-le-Duc caracterizavam-se por uma intenção didáctica, plena de voluntarismo e rigor heurístico, ainda que por vezes apresentasse incongruências derivadas da postura positivista relativa ao ideal estilístico. A metodologia empregue demonstrava uma enorme evolução relativamente aos seus predecesores, devido ao uso de fontes documentais e arqueológicas como prática sistemática, assim como a análise, catalogação e comparação entre diversas fortificações, incluindo estrangeiras. Além disso, como instrumento operativo fundamental para a investigação castelológica, houve a intenção de estabelecer um glossário prático da arquitectura defensiva⁷⁸.

No conjunto de obras escritas por Eugène Viollet-le-Duc podia-se vislumbrar uma evolução dos edifícios militares ao nível histórico mas também ao nível formal, funcional e estilístico (classificação dos edifícios com base em pressupostos claros de âmbito morfológico e estilístico em lugar de somente cronológico), diferenciando-se os diferentes tipos de fortificações e apoiando-se em interpretações dentro

⁷⁷ Diversas obras de Eugène Viollet-le-Duc abordaram a temática das fortificações medievais: no *Dictionnaire Raisonné de l'Architecture Française*[...][VIOUET-LE-DUC, Eugène Emmanuel (1864), *Dictionnaire Raisonné de l'Architecture Française: Du XIème au XVème Siècle*, 10 vols., Paris, A. Morel/B. Buance Éditeur] publicado em 1864, podiam-se encontrar diversas definições relacionadas com a arquitectura militar; panoramas gerais sobre a arquitectura militar foram estudados no *Essai sur l'Architecture Militaire*[...][VIOUET-LE-DUC, Eugène Emmanuel (1854), *Essai sur l'Architecture Militaire au Moyen Age*, Paris, Librairie d'Architecture de Bance Éditeur] publicado em 1854, e na *Histoire d'une Forteresse* [VIOUET-LE-DUC, Eugène Emmanuel (1874), *Histoire d'une Forteresse*, Paris, Bibliothèque d'Éducation et de Récréation] publicada em 1874; além disso Eugène Viollet-le-Duc elaborou algumas monografias sobre fortificações, como a dedicada a Carcassonne [VIOUET-LE-DUC, Eugène Emmanuel (1853), *Rapport Adressé à S. E. M. le Ministre d'État sur les Restes de l'Ancienne Cité de Carcassonne*, Paris, Imprimeur de J. Claye] publicada em 1853, *Description du Château de Coucy* [VIOUET-LE-DUC, Eugène Emmanuel (1857), *Description du Château de Coucy*, Paris, Bance Éditeur] e *Description du Château de Pierrefonds* [VIOUET-LE-DUC, Eugène Emmanuel (1857), *Description du Château de Pierrefonds*, Paris, Bance Éditeur], ambas publicadas em 1857, e *Description et Histoire du Château d'Arques* [VIOUET-LE-DUC, Eugène Emmanuel (1880), *Description et Histoire du Château d'Arques*, Paris, A. Morel et Cia. Éditeurs] publicada em 1880.

⁷⁸ A vontade de Eugène Viollet-le-Duc em estabelecer um vocabulário eficaz para a arquitectura militar foi seguida por Désiré Camille Enlart (1862-1927), que no seu *Manuel d'Archéologie Française*[...][ENLART, Désiré Camille (1902-1904), *Manuel d'Archéologie Française depuis les Temps Mérovingiens jusqu'à la Renaissance*, 2 vols., Paris, August Picard] publicado entre 1902 e 1904 dedicou parte significativa ao estudo das fortificações.

do campo arquitectónico (materiais existentes, sistemas de construção utilizados, funções atribuídas) e de outras áreas do conhecimento (evolução das tácticas poliorcéticas, condições histórico-políticas e socioeconómicas como a sistematização sintética do sistema feudal medieval, da administração de estruturas militares e da sociedade medieval), tentando desse modo explicar a totalidade delas.

Complementando os textos existia um conjunto muito instrutivo de ilustrações de grande qualidade que permitia expressar mais facilmente as conjecturas que propunham os textos. Se o recurso às ilustrações para complementar os textos era uma prática habitual desde o séc. XIX, a obra de Eugène Viollet-le-Duc trouxe um novo tipo de ilustração mais analítico que descritivo e, por isso, mais adequado para os estudos arquitectónicos⁷⁹. O auxílio interpretativo possibilitado pelas ilustrações havia já sido reconhecido anteriormente em obras historiográficas da arte, e os progressos tecnológicos em matéria visual foram desde muito cedo incorporados como ferramenta complementar para a historiografia⁸⁰.

Eugène Viollet-le-Duc foi o arquitecto restaurador mais proeminente que se dedicou ao estudo da arquitectura defensiva medieval, tendência em destaque na segunda metade do séc. XIX e princípios do séc. XX. Também Luca Beltrami, no seu percurso profissional como arquitecto restaurador, interveio em algumas fortificações, pelo que necessariamente teve que estudá-las conforme se pode verificar nas suas obras *Guida Storica del Castello di Milano (1368-1894)*⁸¹ publicada em 1894, ou *Il Castello di Soncino*⁸² publicada em 1890. Como Eugène Viollet-le-Duc, Luca Beltrami possuía uma disposição positivista, acreditando ser possível reconstituir o desenvolvimento dos edifícios ao longo dos tempos analisando os distintos elementos ainda subsistentes. No entanto, enquanto Eugène Viollet-le-Duc baseava o seu estudo em observações directas, em sondagens arqueológicas e mediante metodologias comparativas entre edificações (antepunha os factores explicativos aos descritivos), Luca Beltrami utilizava essas mesmas premissas enfatizando, não obstante, a importância da vertente filológica associada às fontes documentais (tendência descritiva fundamentada em crítica de fontes, ressaltando os aspectos históricos). O mesmo pensamento filológico foi seguido também por Bodo Ebhardt, como se pode observar na sua obra *Deutsche Burgen als Zeugen Deutscher Geschichte*⁸³ publicada em 1925.

As crónicas e outros documentos do Passado e, em especial, os códices iconográficos antigos (de Duarte d'Armas, de António Bocarro, de João de Castro, etc.), foram considerados como fontes privilegiadas para extrair um conhecimento mais profundo da arquitectura fortificada portuguesa. O espanhol Manuel González Simancas (1885-1942) publicou em 1910 um estudo intitulado *Plazas de Guerra y Castillos Medievales[...]*⁸⁴, utilizando como fonte documental um códice existente na Biblioteca Nacional de Madrid e cujo autor havia sido Duarte d'Armas⁸⁵. González Simancas havia reconhecido a extrema im-

⁷⁹ As ilustrações patentes nas obras de Eugène Viollet-le-Duc consistiam em vistas de edifícios (em perspectiva e aéreas), estampas com sistemas e pormenores de construção, materiais, desenhos rigorosos (plantas, cortes e alçados de edifícios e das suas partes ou pormenores, assim como plantas e perfis de cidades) e esquemáticos (da geometria das fortificações modernas, de ângulos e linhas de tiro, de funcionamento de edifícios ou das suas partes), desenhos explicativos (do funcionamento de armas, reconstituições de ataques e de uniformes de soldados), produções de representações antigas, e esboços de reposição (de estruturas militares e urbanas, nas quais se incluíam frequentemente pessoas, com motivações realistas e que apelavam à imaginação dos leitores).

⁸⁰ Jean-Baptiste Seroux d'Agincourt (1730-1814) publicou entre 1811 e 1823 a sua *A Histoire de l'Art par les Monuments[...]* [AGINCOURT, Jean-Baptiste Seroux d' (1811-1823), *A Histoire de l'Art par les Monuments Depuis sa Décadence au IVe Siècle jusqu'à son Renouveau au XVIe Siècle*, 6 vols., Paris, Treuttel et Würtz], uma das primeiras obras historiográficas da arte, provendo-se de um número substancial de ilustrações; a Commission des Monuments Historiques francesa começou a fotografar os monumentos a partir de 1851; nesse mesmo ano Eugène Piot (1812-1890) publicou *L'Italie Monumentale* [PIOT, Eugène (1851), *L'Italie Monumentale*, Paris, La Presse], uma das primeiras obras historiográficas sobre arte cujas ilustrações eram compostas por fotografias; e a expansão da prática fotográfica suscitou a Giovanni Morelli (1816-1892) a propor uma metodologia comparativa para a análise de obras artísticas mediante fotografias.

⁸¹ BELTRAMI, Luca (1894), *Guida Storica del Castello di Milano (1368-1894)*, Milão, Tipografia Ulrico Hoepli.

⁸² BELTRAMI, Luca (1890), *Il Castello di Soncino*, Milão, Tipografia Ulrico Hoepli.

⁸³ EBHARDT, Bodo (1925), *Deutsche Burgen als Zeugen Deutscher Geschichte*, Berlim, Fr. Zillesen.

⁸⁴ SIMANCAS, Manuel Gonzáles (1910), *Plazas de Guerra y Castillos Medievales de la Frontera de Portugal (Estudios de Arquitectura Militar)*, Madrid, Typographia de la Revista de Archivos Bibliotecas y Museos.

⁸⁵ O códice madrileno seria uma das duas versões executadas por Duarte d'Armas; o outro códice, mais completo, encontra-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo em Lisboa. O códice português ilustra 55 castelos e povoações fortificadas localizadas na raia luso-castelhana (duas vistas por cada conjunto fortificado), mais uma vista de Barcelos e três de Sintra; o códice espanhol ilustra somente 29 desses conjuntos fortificados, sem existência de plantas. No exaustivo levantamento representaram-se os conjuntos fortificados através de vistas em perspectiva complementadas com plantas, tendo sido empregue um código de simbologia com os aspectos topográficos e morfológicos do conjunto descrito e

portância do códice por conter representações iconográficas de fortificações medievais que, quando foram desenhadas, ainda estariam activas e em processo de adaptação à pirobalística. Desse modo poder-se-ia complementar o estudo sobre a evolução das estruturas fortificadas acedendo simultaneamente à nomenclatura antiga. A obra de González Simancas iniciava-se por um breve resumo introdutório sobre a evolução das fortificações ao longo dos tempos; a contextualização do códice português efectuou-se mediante a explicação da política de D. Dinis de Portugal para o estabelecimento das fronteiras entre os reinos de Portugal e de Castela, mencionando ainda a definição das linhas defensivas portuguesas de acordo com os eixos de invasão pelos exércitos invasores castelhanos.

González Simancas publicou desenhos simplificados de pequena dimensão copiados do códice, complementando-os com textos analíticos de cada ilustração. Os textos compunham-se de descrições formais dos conjuntos edificados que analisavam profundamente os elementos arquitectónicos defensivos, tentando explicar a sua forma, nome, datação, evolução e contexto, assim como os eventos históricos mais relevantes associados a cada estrutura (fundação dos conjuntos edificados, acontecimentos e personagens importantes associados às respectivas fortificações). A metodologia de estudo de González Simancas, de carácter fortemente filológico, abarcava dicionários e enciclopédias como recursos para poder estudar a evolução lexical e funcional dos elementos arquitectónicos, assim como documentos e crónicas medievais para contextualizá-los no Passado; também efectuou comparações com exemplos arquitectónicos existentes em Espanha (por vezes também de outros países), recorrendo ainda a diversas fontes secundárias historiográficas e etimológicas, e à obra de Eugène Viollet-le-Duc como obra castelológica de referência. A intenção de reconstituir a evolução construtiva dos conjuntos desenhados, mediante a análise dos elementos arquitectónicos representados (ameias, troneiras, balcões com matacões, baluartes, etc.), demonstrava uma atitude claramente positivista.

Podia-se reconhecer a incorporação de diversas áreas de investigação para além da historiografia e da arquitectura, como por exemplo a sociologia, a economia e a política. No entanto era visível a existência de uma agenda própria que distorceu o rigor da investigação: subsistia um fim educativo mas também divulgador que utilizava fórmulas literárias apelativas⁸⁶ e, em alguns casos, de forma apologética⁸⁷. As incongruências tornavam-se mais visíveis na constante alusão e comparação dos edifícios portugueses com casos espanhóis, na utilização de bibliografia sobretudo de produção espanhola (recorrendo o mínimo às fontes portuguesas)⁸⁸, e a inexistência de conhecimento *in situ* – ou pelo menos através de outras representações gráficas – dos conjuntos estudados, o que produziu alguns lapsos nas suas análises.

Também o códice de Duarte d'Armas existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo foi estudado por João de Almeida (1873-1953) na sua obra *Reprodução Anotada do Livro[...]*⁸⁹ publicada em 1943; ainda que tenha o mérito de apresentar cópias quase perfeitas dos desenhos do códice original, contribuindo assim para a sua ampla difusão, o estudo foi relativamente inconsequente. As ilustrações eram completadas somente com breves textos que narravam a história do castelo e do seu respectivo povoado, recorrendo frequentemente a lendas e a suposições pessoais. Tampouco existiam análises críticas referentes à arquitectura, às suas funções, à sua administração, etc. Poucos anos depois João de Almeida elaborou a obra *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses*⁹⁰ entre 1945 e 1947, onde efectuou uma enumeração dos conjuntos militares portugueses desde os castros pré-históricos até às fortalezas abaluartadas modernas.

A obra não se pode de modo nenhum considerar rigorosa, já que não seguiu metodologias aceitáveis e credíveis de investigação. Era puramente intuitiva – como o autor havia aliás afirmado –, quase

os elementos de relevância estratégica em caso de conflito (caminhos, cursos de água, pontes, poços, edificações, núcleos urbanos, fortificações, torres, tipos de vegetação e outros elementos naturais).

⁸⁶ Por exemplo a introdução de algumas histórias e curiosidades, alguns juízos pessoais de valor e um enredo apelativo e fictício de espionagem na introdução, que captava a atenção do leitor.

⁸⁷ Existe uma intenção constante de promover a anterioridade da arquitectura ibérica relativamente às restantes arquitecturas fortificadas europeias.

⁸⁸ As referências históricas basearam-se quase exclusivamente na obra *Portugal Antigo e Moderno[...]* de Pinho Leal.

⁸⁹ ALMEIDA, João de (1943), *Reprodução Anotada do Livro das Fortalezas de Duarte Darmas*, Lisboa, Editorial Império.

⁹⁰ ALMEIDA, João de (1945-1947), *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses*, 3 vols., Lisboa, Edição do Autor.

sem terem sido consultadas obras bibliográficas, e abrangendo áreas que iam desde a arquitectura até à antropologia. A ideia do autor consistia em elaborar o roteiro de fortificações militares portuguesas, referindo os diversos tipos de fortificações que existiam, a sua importância ao longo dos tempos, as técnicas de construção utilizadas e os meios e vias de comunicação existentes entre as diversas fortificações e cidades antigas. Os textos relativos a cada fortificação encontravam-se desenvolvidos em conformidade com a informação disponível ou importância do conjunto, sendo complementados com fotografias dos edifícios fortificados ou da sua área de implantação, com levantamentos, e com desenhos (englobando alguns baseados na obra de Duarte d'Armas, e outros constituídos por plantas hipotéticas de fortificações desenhadas sobre plantas topográficas). No entanto, existia também outro objectivo: justificar a existência de Portugal como país independente dentro da Península Ibérica, demonstrando que os portugueses descendiam etnicamente de um povo diferente dos demais povos ibéricos, ou seja, de uma civilização antiga muito avançada que se tinha distribuído por um território quase coincidente com o território actual de Portugal e cuja capital se encontraria na cidade da Guarda (a sua cidade de nascimento).

A obra de João de Almeida incluía-se no contexto nacionalista que havia sido potenciado pelo Estado Novo. Como foi anteriormente mencionado, o carácter intuitivo, providencialista e nacionalista acentuou-se consideravelmente com o regime ditatorial, influenciando a historiografia produzida então. No entanto, a investigação historiográfica universitária refugiou-se em posições metodológicas próximas ao positivismo racionalista de índole narrativa e baseada em fontes documentais, evitando assim utilizar conceitos intuitivos. Os estudos historiográficos e de história da arte seguiram uma forte tendência para se debruçarem sobre temáticas centradas na arte medieval, exprimindo uma vontade ideológica de devoção ao mesmo tempo que demonstravam ânsia em obter conhecimento sobre os períodos da formação nacional.

A historiografia da arte converteu-se numa especialização historiográfica que adquiria cada vez maior importância dentro do panorama português, e foi durante o Estado Novo que se publicaram as primeiras obras historiográficas portuguesas de síntese⁹¹. Estas possuíam um carácter narrativo de contextualização histórica e descrição formal já com periodização estilística, sendo os textos complementados por profusa ilustração composta por fotografias e por desenhos. Ainda que as obras historiográficas de síntese da arte não tenham praticamente analisado a arquitectura defensiva – excepção feita a algumas fortificações mais paradigmáticas –, o carácter de síntese também se estendeu à temática das fortificações antigas. Em vários países europeus publicaram-se durante a primeira metade do séc. XX várias obras de síntese que possuíam uma índole positivista filológica dedicadas aos castelos. Estas obras⁹²

⁹¹ A primeira síntese historiográfica que abordou a arquitectura portuguesa foi *Portuguese Architecture* [WATSON, Walter Crum (1908), *Portuguese Architecture*, Londres, Archibald Constable and Company], publicada em 1908 por Walter Crum Watson (1870-1934). Bastante mais tarde, entre 1942 e 1953, foi elaborada a síntese *História da Arte em Portugal* [LACERDA, Aarão de, SANTOS, Reinaldo dos, CHICÓ, Mário Tavares (1942-1953), *História da Arte em Portugal*, 3 vols., Porto, Portucalense Editora], iniciada por Aarão Moreira de Lacerda (1890-1947) e coordenada depois do seu falecimento por Reinaldo dos Santos (1880-1970) e Mário Tavares Chicó (1905-1966). Quase simultaneamente João Barreira (1866-1961) coordenou a publicação de *Arte Portuguesa* [BARREIRA, João (1946-1951), *Arte Portuguesa*, 2 vols., Lisboa, Edições Excelsior], entre 1946 e 1951. Entre 1963 e 1970 Reinaldo dos Santos publicou a obra *Oito Séculos de Arte Portuguesa* [...] [SANTOS, Reinaldo, QUILHÓ, Maria Isabel (1963-1970), *Oito Séculos de Arte Portuguesa: História e Espírito*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade]; depois do seu falecimento a sua esposa Maria Irene Quilhó dos Santos terminou a obra. É importante mencionar também a obra *Inventário Artístico de Portugal* [Academia Nacional de Belas Artes (1943-1995), *Inventário Artístico de Portugal*, 17 vols., Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes], iniciada em 1943 pela Academia Portuguesa de Belas Artes com a participação de distintos investigadores; e é precioso o estudo *Historiografia da Arte em Portugal* [GONÇALVES, António Manuel (1960), *Historiografia da Arte em Portugal*, in *Boletim da Universidade de Coimbra*, 25 (separata), Coimbra, Universidade de Coimbra, pp.1-64] publicado em 1960 por António Manuel Gonçalves.

⁹² Podem-se mencionar as obras *Royal Castles of England* [...] [SHELLEY, Henry Charles (1913), *Royal Castles of England: Comprising an Account of Those Ancient Fortresses which from the Days of William the Conqueror either were the Homes of English Sovereigns or have been Intimately Associated with the History and Romance of their Lives*, Boston, L. C. Page & Company] publicada em 1913 por Henry Charles Shelley, *The Early Norman Castles of the British Isles* [ARMITAGE, Ella Sophia (1912), *The Early Norman Castles of the British Isles*, Londres, J. Murray Publication] publicada em 1912 por Ella Sophia Armitage (1841-1931), *Burgenkunde* [...] [PIPER, Otto (1912), *Burgenkunde: Bauwesen und Geschichte der Burgen Zunächst Innerhalb des Deutschen Sprachgebietes*, Munique, Reinhard Piper] publicada em 1912 por Otto Piper (1841-1921), *Deutsche Burgen und Feste Schlösser* [...] [LANGWIESCHE, Karl Robert (1913), *Deutsche Burgen und Feste Schlösser aus Allen Ländern Deutscher Zunge*, Leipzig, Verlag Königstein im Taunus] publicada em 1913 por Karl Robert Langwiesche (1874-1931), *Les Châteaux de la Loire* [GÉBELIN, François (1927), *Les Châteaux de la Loire*, Paris, Les Beaux-Arts Edition d'Etudes et de Documents] publicada em 1927 por François Gébelin (1884-1972), e *Castillos en Castilla* [ABARCA, Juan Gamazo y (1930), *Castillos en Castilla*, Madrid, Hauser y Menet] publicada em 1930 por Juan

apresentavam sobretudo textos narrativos sobre os eventos históricos associados às fortificações, assim como a sua descrição formal completada por ilustrações, com predomínio para as fotografias. Ainda que existisse uma abertura a vários campos do conhecimento e de fontes documentais, continuava a imperar a tendência para se desenvolver uma investigação em torno dos factos político-sociais como contexto geral.

Também se publicaram em Portugal durante o Estado Novo várias obras portuguesas de síntese dedicadas às fortificações medievais, manifestando desse modo a importância que tinham os castelos para o imaginário do regime ditatorial. Jorge das Neves Larcher (1890-1945) publicou em 1933 a obra *Castelos de Portugal - Distrito de Leiria*⁹³, e em 1935 publicou *Castelos de Portugal - Distrito de Coimbra*⁹⁴, obras que, como afirma o autor, pretendiam ser de divulgação e dirigir-se ao público em geral⁹⁵. Aproximadamente apela mesma época João Grave (1872-1934) elaborou a sua obra *Castellos Portuguezes*⁹⁶, o primeiro estudo de síntese sobre os castelos portugueses⁹⁷.

O corpo principal de ambas as obras compunha-se de textos de índole historicista que narravam – mais ou menos apologeticamente – feitos históricos associados a cada castelo, misturados com lendas e descrições formais complementadas por fotografias ou desenhos (Jorge Larcher compilou ainda textos antigos mencionando os respectivos castelos). A importância das duas obras observa-se na parte introdutória, onde se desenvolveu uma parte substancial dedicada à contextualização histórica e à evolução das fortificações desde as suas prováveis origens até à Idade Moderna, tratando inclusivamente o advento da pirobalística e conseqüente declínio dos castelos medievais. Para explicitar mais claramente a evolução das fortificações, foram explicados os eventos históricos gerais (que descreviam a importância dos castelos na formação de Portugal e a sua significação memorativa patriótica), sublinhando também a poliorcética e os aspectos administrativos com o fim de expor as razões para as transformações realizadas nas estruturas defensivas ao longo dos tempos. Assim se pôde partir para as descrições formais genéricas das várias estruturas defensivas⁹⁸.

Uma vez mais este tipo de obra historiográfica positivista encontra-se ainda em alguns estudos similares actuais: por exemplo Natércia Magalhães publicou em 2008 a sua obra *Algarve: Castelos, Cercas e Fortalezas*⁹⁹, onde apesar de apresentar um vasto conjunto de ilustrações esquemáticas bastante mais elaboradas (algumas com propostas de traçados de estruturas já desaparecidas), complementadas por fotografias e por uma selecção de iconografia antiga, continua a ser essencialmente uma obra de recompilação a partir de vários estudos dispersos, onde predomina um carácter filológico positivista. A narração dos eventos históricos associados às diversas fortificações, assim como a sua descrição formal, não apresentam dados substancialmente inovadores para o panorama castelológico actual.

A nível monográfico podem ser mencionadas obras cuja investigação apresentava importantes evoluções metodológicas nos processos de investigação, seja nas bases filológicas sobre documentos antigos, seja pelos levantamentos arquitectónicos, sondagens arqueológicas ou a observação directa das estruturas edificadas subsistentes. Augusto Vieira da Silva publicou em 1898 a obra *O Castello de*

Gamazo y Abarca (1883-1968).

⁹³ LARCHER, Jorge das Neves (1933), *Castelos de Portugal - Distrito de Leiria*, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa.

⁹⁴ LARCHER, Jorge das Neves (1935), *Castelos de Portugal - Distrito de Coimbra*, Coimbra, Tipografia da Atlântida.

⁹⁵ É importante mencionar que Jorge Larcher foi colaborador da revista oficial para a celebração do Duplo Centenário da Fundação e da Restauração da Independência de Portugal, chamada precisamente *Revista dos Centenários* e editada mensalmente entre Janeiro de 1939 e Dezembro de 1940. Manifestando a importância que possuíam os castelos para a ideologia do Estado Novo, Jorge Larcher publicou na *Revista dos Centenários* 16 artigos monográficos sobre castelos medievais portugueses, sob a forma de resumos historiográficos ilustrados com fotografias.

⁹⁶ GRAVE, João (193-), *Castellos Portuguezes*, Porto, Lello & Irmão Editores.

⁹⁷ A importância atribuída aos castelos medievais para a memória nacional ficou patente na obra de Grave através da importância concedida ao castelo de S. Mamede em Guimarães, considerado um símbolo nacional venerado.

⁹⁸ Jorge Larcher publicou em 1937 o artigo *Em Defesa dos Castelos Portuguezes* [LARCHER, Jorge das Neves (1937), *Em Defesa dos Castelos Portuguezes*, *O Instituto*, 19 (separata), Figueira da Foz, Tipografia Popular] inserido na revista *O Instituto*, desenvolvendo aí uma introdução relativa à panorâmica evolutiva das fortificações e um ensaio sobre a terminologia da arquitectura militar. Além disso também propôs uma descrição geral para os castelos medievais portugueses.

⁹⁹ MAGALHÃES, Natércia (2008), *Algarve: Castelos, Cercas e Fortalezas*, Faro, Letras Várias Edições e Arte.

S. Jorge[...]¹⁰⁰ relativo à fortificação medieval de Lisboa, onde ficava patente o estudo filológico: além da utilização de documentos e crónicas antigas, Augusto Vieira da Silva realizou a recolha de diversas plantas antigas que representavam levantamentos na área do castelo, assim como iconografia antiga. Baseando-se nessa informação, em fontes secundárias e em observações directas (complementadas por inúmeras fotografias), Augusto Vieira da Silva pôde propor uma descrição formal das estruturas defensivas e a sua evolução histórica.

Em 1930 José Saraiva (1881-1962) e Nuno Catarino Cardoso (1887-1969) publicaram obras dedicadas a monumentos das cidades de Leiria¹⁰¹ e de Sintra¹⁰², incluídas numa colecção patrocinada pela Associação dos Archeólogos Portuguezes que se intitulava *Monumentos de Portugal*. Entre os monumentos abordados nas obras estavam as respectivas fortificações medievais, cujas referências se compunham pela descrição formal das estruturas e pela narração dos eventos históricos associados a elas, sendo os textos complementados com fotografias, desenhos e plantas. José Saraiva aprofundou a sua análise especialmente sobre o conjunto fortificado de Leiria, comparando-o com outros edifícios, propondo cronologias das construções e explicando as funções das distintas edificações, fundamentando as suas conjecturas em variadas fontes primárias e secundárias (crónicas medievais, obras historiográficas gerais e específicas, livros de viagem, monografias sobre Leiria, periódicos, dicionários e enciclopédias, etc.).

Francisco de Lacerda Machado publicou em 1936 a obra *O Castelo dos Templários[...]*¹⁰³ seguindo premissas semelhantes às de Augusto Vieira da Silva. Lacerda Machado elaborou uma síntese histórica sobre as vicissitudes associadas ao castelo templário de Tomar apoiando-se em documentação antiga; além disso realizou uma análise dos elementos arquitectónicos do complexo defensivo, recorrendo a comparações com outras estruturas fortificadas para compreender a sua essência. A observação directa possibilitou a elaboração de plantas e de outros desenhos rigorosos de estudo, alguns levantamentos arquitectónicos e análises da epigrafia existente, tudo complementado com fotografias. O estudo permitiu-lhe inclusivamente confeccionar uma planta conjectural do castelo na sua origem.

Bastante mais desenvolvida foi a obra intitulada *O Castelo de Guimarães* publicada em 1933 por Luís de Pina (1901-1972)¹⁰⁴, a qual se ocupava do castelo mais importante para a ideologia do Estado Novo. Utilizando recursos metodológicos diversos e diferentes perspectivas de análise, Luís de Pina realizou uma (inevitável) análise histórica da cidade de Guimarães (origem da cidade, aspectos morfológicos, sociológicos, económicos, urbanos, etc.), introduzindo as motivações para a fundação do castelo de S. Mamede. Centrando-se no castelo, Luís de Pina analisou judiciosamente os diferentes vestígios arquitectónicos da fortificação: a disposição do aparelho parietal da muralha e a epigrafia (símbolos) existente possibilitaram estabelecer uma datação para as diversas fases de construção; Luís de Pina aventou também a existência de estruturas já desaparecidas (existiam buracos nas partes laterais das ameias, e na parte superior exterior da torre de menagem existiam buracos para entregas de madeira, assim como vestígios de uma porta tapada que se situaria sensivelmente ao mesmo nível de possíveis estruturas exteriores). A comparação com outros castelos também propiciou a atribuição de uma data mais tardia ao paço do castelo, desmistificando-o assim como o lugar de nascimento de D. Afonso Henriques (c.1109-1185), o primeiro rei português; além disso executaram-se numerosos desenhos, fotografias, uma planta de levantamento do castelo – que continua a ser muito considerada na actualidade – e outra da cidade amuralhada, proporcionando mais informação.

¹⁰⁰ SILVA, Augusto Vieira da (1898), *O Castello de S. Jorge em Lisboa: Estudo Histórico-Descritivo*, Lisboa, Typographia do Commercio.

¹⁰¹ SARAIVA, José (1930), *Monumentos de Portugal – Leiria: Breve Estudo Crítico das Suas Origens e Notícia Histórica*, Porto, Litografia Nacional.

¹⁰² CARDOSO, Nuno Catarino (1930), *Monumentos de Portugal – Cintra: Noticia Historicó-Arqueológica e Artística do Paço da Vila, do Palácio da Pena e do Castelo dos Mouros*, Porto, Litografia Nacional.

¹⁰³ MACHADO, Francisco de Lacerda (1936), *O Castelo dos Templários (Origem da Cidade de Tomar)*, Tomar, Comissão de Iniciativa e Turismo.

¹⁰⁴ PINA, Luís de (1933), *O Castelo de Guimarães*, Vila Nova de Gaia, Edições Pátria.

Finalmente é inevitável mencionar as publicações periódicas da DGEMN sob o nome *Boletim da DGEMN* (131 boletins publicados entre 1935 e 1990, onde entre outros monumentos se abordaram 20 estruturas fortificadas medievais). Inicialmente com periodicidade trimestral, os boletins centravam-se nos monumentos portugueses que tinham sofrido intervenções de restauro recentemente. Os boletins eram como que um monumento gráfico à obra restauradora do regime, permitindo comprovar a obra realizada pelo Estado Novo. Os volumes apresentavam uma estrutura composta por duas partes: a primeira, textual, era constituída pela monografia histórica do edifício incidindo sobre eventos político-sociais e sobre aspectos arquitectónicos das estruturas e dos seus promotores, ao que se seguia a descrição formal do estado do edifício antes do restauro, terminando com uma lista onde se enumeravam sucintamente as intervenções restaurativas efectuadas pela DGEMN. A segunda parte do *Boletim* era constituída por elementos visuais documentando o edifício antes e depois das obras de restauro (fotografias, plantas de implantação, plantas do edificado, alçados, cortes e por vezes também pormenores arquitectónicos). As partes textuais apresentavam-se relativamente desenvolvidas a nível historiográfico, mas careciam de análise arqueológica e artística¹⁰⁵.

OS ESTUDOS CASTELOLÓGICOS COMO HISTORIOGRAFIA TOTAL

A partir de meados do séc. XX começou a desenvolver-se um movimento historiográfico paralelo à historiografia oficial do regime ditatorial português, frequentemente em contradição com os seus ideais. As mudanças epistemológicas da nova tendência investigadora estenderam-se também à historiografia da arte. Mário Tavares Chicó (1905-1966) foi o principal promotor, na historiografia da arquitectura portuguesa, das novas perspectivas historiográficas; estudando a arquitectura segundo as várias tipologias construtivas, tentou estabelecer diferenças estruturais e variação nas formas arquitectónicas para determinar a sua evolução estilística. Além disso Mário Chicó estudou também, conjuntamente com Carlos de Azevedo (1918-1974) e Martinho Humberto dos Reis (n.1904), aspectos da arquitectura militar construída pelos portugueses nos territórios portugueses do Estado da Índia, ampliando o âmbito geográfico da investigação historiográfica para as produções arquitectónicas portuguesas resultantes da expansão ultramarina, especialmente nos territórios que haviam estado sob domínio português¹⁰⁶.

Mário Chicó não elaborou nenhuma obra de especial relevância para a castelologia portuguesa que estudava as estruturas fortificadas medievais; no entanto a sua actividade como investigador de história da arquitectura foi precursora em Portugal, ao introduzir as novas tendências historiográficas que então se estavam a desenvolver na Europa. Estas reflectiram-se necessariamente nos estudos castelológicos portugueses, apontando já as principais inovações epistemológicas da historiografia. Ainda que se tenham continuado a elaborar algumas obras seguindo os pressupostos historiográficos anteriores a Mário Chicó, as novas contribuições mudaram decisivamente o modo de realizar a investigação sobre fortificações medievais.

Os estudos castelológicos portugueses de tendência memorialista, biografista e divulgadora elaboraram-se efectivamente de modo geral por amadores sem preparação específica nos estudos castelológicos; as suas investigações incidiam sobretudo nos eventos históricos associados às fortificações com o

¹⁰⁵ A DGEMN publicou em 1949 o texto *Castelos Medievais de Portugal* [Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (1949), *Castelos Medievais de Portugal: Texto Apresentado no II Congresso do Centro Europeu para o Estudo dos Castelos*, (separata), Lisboa, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais - Ministério das Obras Públicas], resultante de um congresso sobre castelos efectuado na Suíça pelo Internationales Burgen Institut. Mediante a análise morfológica das imagens (desenhos de vistas e plantas) e de observações *in situ* proporcionadas pelas intervenções de restauro efectuadas pela DGEMN, foi proposta a existência de dois tipos de castelos medievais em Portugal: os castelos de planície (de forma regular e com mais linhas defensivas desenvolvidas devido à falta de defesas naturais), e os castelos de montanha (mais simples e irregulares, devido à sua adaptação à topografia existente). O texto foi utilizado por Manuel Ivo Cruz (1935-2010) na obra de índole turística *Castelos de Portugal* [CRUZ, Manuel Ivo (1960), *Castelos de Portugal*, Lisboa, Editorial Publicações Turísticas], publicada em 1950 e que foi desenvolvida para incluir também alguns eventos históricos associados aos castelos referidos.

¹⁰⁶ Os estudos castelológicos de origem europeia haviam começado a trespassar o âmbito geográfico da Europa aproximadamente na mesma época, com os estudos de Paul Deschamps (1885-1974) ou Henry-Paul Eydoux (1907-1986) sobre as fortificações dos cruzados na Terra Santa, Síria e outros territórios do Próximo e Médio Oriente.

objectivo de divulgar feitos patrióticos da história portuguesa de forma apologética; as descrições físicas dos castelos, efectuadas sem grande profundidade e sem a necessária crítica arquitectónica (complementadas por gravuras ou fotografias como simples ilustrações), tenderam a formular um protótipo genérico de fortificação medieval portuguesa. Os estudos de índole positivista, além do desenvolvimento de metodologias investigadoras de índole filológica mais rigorosas, possibilitaram uma abertura a novas contribuições de variados campos do conhecimento (sobretudo a arqueologia) e introduziram novos elementos de trabalho (desenhos rigorosos e explicativos). Os estudiosos, em geral mais capacitados profissionalmente, centraram-se em questões mais formais relacionadas com as fortificações, tentando apreender as suas formas originais e, em alguns casos, a sua evolução ao longo dos tempos.

No entanto pode-se constatar que a bibliografia dedicada ao estudo das fortificações medievais era muito limitada, visto que apesar do seu enorme valor simbólico, as estruturas defensivas continuavam a ser relativamente pouco consideradas dentro das diversas áreas de investigação: ainda que possuindo um papel fundamental a nível histórico, a arquitectura militar costumava ser considerada secundária para a arqueologia (preocupada com elementos mais longínquos), para a historiografia da arte (orientada mais para a arquitectura religiosa ou palacial) ou para os estudos arquitectónicos (as ruínas provocavam um desinteresse geral).

Mário Chicó havia compreendido as limitações epistémicas da historiografia realizada então em Portugal, cuja evolução tinha chegado a um ponto de estagnação. Necessitando de um salto metodológico e qualitativo, a sua investigação antecipou um novo rumo historiográfico em Portugal: Mário Chicó apoiou-se em contribuições multidisciplinares, que por sua vez se baseavam na diversificação de fontes e análises a partir de diferentes origens de investigação, valorizando outros aspectos (sociologia, antropologia, economia, etnografia, filosofia, etc.) além da primazia política. As novas tendências historiográficas portuguesas, aparecidas no período final do Estado Novo, permitiram abrir a investigação historiográfica dedicada às fortificações a novas direcções de estudo, metodologias de investigação, fontes históricas e bibliográficas, instrumentos e tecnologias de trabalho e relações científicas com especialistas estrangeiros¹⁰⁷.

Ainda que pausadamente, os historiadores portugueses¹⁰⁸ começaram a seguir as prerrogativas do que se determinou designar como “Nova História”, uma tendência que se vinha desenvolvendo desde a primeira metade do séc. XX¹⁰⁹. Se a historiografia metódica positivista anteriormente dominante aceitava e incentivava as contribuições de outros campos do conhecimento, a sua aplicação costumava fazer-se de modo empírico (aplicação racionalista dos dados obtidos pelos distintos campos de investigação) na concepção de modelos que continuavam a favorecer as vertentes histórico-política e descritiva formal, em muitos casos seguindo acriticamente significados preestabelecidos desde o Iluminismo. A nova tendência historiográfica caracterizava-se, entre outras coisas, por estimular a multidisciplinaridade que, por sua vez, produziria novos enquadramentos contextuais e contribuições temáticas, incrementando simultaneamente o estudo das estruturas mentais das sociedades e abrindo o campo de estudo a novas fontes históricas¹¹⁰. Já não se dava tanta importância às vertentes predeterminadas em detrimento de outras, mas antes se tentava empreender uma historiografia que dedicava a sua atenção a todos os as-

¹⁰⁷ MENDES, José Amado (1996), A Renovação da Historiografia Portuguesa, in CATROGA, Fernando, MENDES, José Amado, TORRAL, Luís Reis, *História da História em Portugal: Sécs. XIX-XX*, Lisboa, Círculo de Leitores e Autores, pp.277-290.

¹⁰⁸ Diversos historiadores da arquitectura portugueses seguiram quase imediatamente as novas prerrogativas historiográficas, como por exemplo Artur Nobre de Gusmão (1920-2001), Virgílio Correia da Fonseca (1888-1944) ou José-Augusto França; entre os historiadores estrangeiros que estudaram a arquitectura portuguesa podem-se mencionar Robert Chester Smith (1912-1975), Germain Michel Bazin (1901-1990), George Alexander Kubler (1912-1996) e John Bury.

¹⁰⁹ A nova tendência historiográfica sofreu um incremento mediante os estudos de Lucien Febvre (1878-1956) e Marc Benjamin Bloch (1886-1944) ao nível da história económica e social, ou de Maximilian Emil Weber (1864-1920) e Werner Sombart (1863-1941) relativos à sociologia aplicada à política, religião, economia, etc.

¹¹⁰ MENDES, José Amado (1996), A Renovação da Historiografia Portuguesa, in CATROGA, Fernando, MENDES, José Amado, TORRAL, Luís Reis, *História da História em Portugal: Sécs. XIX-XX*, Lisboa, Círculo de Leitores e Autores, pp.330-331.

pectos possíveis: uma espécie de “historiografia total” que, logicamente, se estendeu também ao estudo das fortificações¹¹¹.

Conforme foi mencionado inicialmente, Michel de Bouârd foi um dos principais instigadores da castelologia: em 1954 Michel de Bouârd criou em Caen o Centre de Recherches Archéologiques Médiévales que, como o próprio nome indica, se dedicava a um tipo mais especializado de arqueologia – a arqueologia medieval. Sendo a arquitectura religiosa e palacial um objecto de estudo significativamente desenvolvido pela historiografia da arte, a nova disciplina arqueológica dedicou-se em muitos aspectos a uma investigação mais profunda das fortificações medievais¹¹². De facto, frequentemente o estado arruinado dos castelos caracterizava-se pela subsistência de somente algumas estruturas arquitectónicas; ao contrário dos templos religiosos ou dos palácios, os castelos não tinham possuído usos tão lineares devido à sua obsolescência funcional, sofrendo conseqüentemente o abandono e a ruína ou significativas obras de modernização ou adaptação a novas funções.

Essa inexistência de linearidade dificultava a obtenção de conhecimentos substanciais sobre o seu Passado, pelo que fazia sentido a opção por um estudo seguindo metodologias arqueológicas de procura de vestígios dispersos e soterrados dentro e em torno das estruturas fortificadas arruinadas, tentando perceber não só os seus aspectos formais mas também adquirir meios para compreender as diferentes complexidades associadas, como vivências, funções, eventos, etc. Ao descobrir que os factos arqueológicos eram como pistas que apontavam a normas sociais, administrativas, religiosas, económicas ou outras, não só os castelos se converteram em importantes documentos históricos como também a sua envolvente próxima foi considerada um palimpsesto documental. Como tal, os estudos de arqueologia medieval começaram a expandir-se cada vez mais em associação com os estudos sociológicos e antropológicos, entre outros¹¹³.

Em 1962 o Centre de Recherches Archéologiques Médiévales organizou um colóquio internacional inteiramente dedicado ao estudo das fortificações medievais, publicando as comunicações dois anos depois no livro de actas do colóquio intitulado como *Château-Gaillard[...]*¹¹⁴, cuja difusão se tornou periódica. Os eventos dedicados ao estudo das fortificações multiplicaram-se nos anos seguintes por vários países europeus, incluindo Portugal: entre 1984 e 1997 a Comissão Portuguesa de História Militar organizou oito *Congressos Sobre Monumentos Militares Portugueses* com variadas temáticas dentro do campo dedicado às fortificações; em 2002 realizou-se sob a coordenação de Isabel Cristina Fernandes o *I Simpósio Internacional sobre Castelos* com a temática “*Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*”, marcando uma viragem importante nas relações entre os investigadores portugueses que se dedicavam ao estudo de fortificações medievais. O simpósio permitiu um intercâmbio de experiências entre investigadores portugueses e estrangeiros, assim como a apresentação de resultados, metodologias e problemáticas; em 2010 realizou-se o *II Simpósio Internacional sobre Castelos* com a temática “*Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (Sécs. VI-XVI)*”, também sob a coordenação de Isabel Cristina Fernandes. Como Portugal partilha com Espanha inúmeras afinidades castelológicas, tal propiciou a realização de eventos com temáticas conjuntas, como o *I Simposio sobre Castillos de la Raya entre Portugal y España* realizado em 1984, ou os três *Congresos de Castellología Ibérica* realizados entre 1994 e 2005, ambos por iniciativa da Asociación Española de Amigos de los Castillos. Em todos estes eventos foram publicados os respectivos livros de actas com as comunicações efectuadas, sendo assim divulgados valiosos conhecimentos de âmbito castelológico.

¹¹¹ O conceito de “historiografia total” tinha sido preconizado por Fernand Braudel (1902-1985) e estimulado principalmente por Jacques Le Goff e por Pierre Nora.

¹¹² DURAND, Philippe (2005), *La Castellologie: Étudier le Château du Moyen Âge, Histoire et Images Médiévales*, (2), Rognac, Éditions Astrolabe, pp.14-20.

¹¹³ A expansão da arqueologia medieval pode ser verificada por exemplo na criação de revistas dedicadas a essa temática: em 1957 iniciou-se a publicação de *Medieval Archaeology* no Reino Unido, seguindo-se em 1971 a revista *Archéologie Médiévale* em França, em 1973 a revista *Zeitschrift für Archæologie des Mittelalters* na Alemanha, em 1974 a revista *Archæologia Medievale* em Itália, em 1987 o *Boletín de Arqueología Medieval* em Espanha, e finalmente a revista *Arqueologia Medieval* em Portugal publicada a partir de 1992 pelo Campo Arqueológico de Mértola.

¹¹⁴ Centre de Recherches Archéologiques Médiévales (1964), *Château-Gaillard: Études de Castellologie Européenne*, Centre de Recherches Archéologiques Médiévales - Université de Caen.

A Asociación Española de Amigos de los Castillos, fundada em 1952, demonstrava a importância que as fortificações tinham adquirido não só dentro do meio académico e científico, mas também na própria sociedade, reagindo a favor deste valiosíssimo património. As associações de defesa patrimonial relacionadas com as fortificações haviam surgido ainda em finais do séc. XIX, como o muito precoce Deutsche Burgenvereinigung fundado em 1899; em 1949 foi criado o Internationales Burgen Institut (IBI), um centro internacional para o estudo e salvaguarda dos castelos medievais que organizou diversos eventos e publicações, designadamente o seu *Bulletin*; em 1964 foi fundado o Istituto Italiano dei Castelli, em 1983 a Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos, e em 1987 o Castle Studies Group, entre outras entidades. Dedicadas ao estudo, divulgação e preservação das fortificações, as distintas associações começaram a publicar revistas periódicas que continham desde avançados estudos inovadores até artigos voluntaristas e apologéticos, de carácter divulgador e sem novas contribuições para o conhecimento¹¹⁵.

A produção historiográfica dedicada ao estudo das fortificações medievais incrementou-se exponencialmente devido também à cada vez maior atenção dedicada por parte das instituições académicas, o que se reflectiu no número de artigos publicados em revistas de âmbito científico. Inclusivamente o espaço concedido à arquitectura militar foi dilatado consideravelmente nas sínteses historiográficas da arte¹¹⁶ e nas sínteses historiográficas temáticas¹¹⁷, consagrando também as fortificações como um produto artístico de valor arquitectónico.

Em 1989 Rafael Moreira dirigiu a primeira síntese global dedicada às fortificações situadas em território português e de origem portuguesa no Mundo, intitulada precisamente *História das Fortificações*[...]¹¹⁸. Compreendendo as estruturas defensivas pré-históricas até aos sistemas fortificados do séc. XX, a obra coordenada por Rafael Moreira representava uma enorme multiplicidade disciplinar (vertentes políticas, socioeconómicas, urbanísticas, geográficas, filológicas, arqueológicas, culturais, artísticas, poliorcéticas, etc.) aplicada de modo relativamente homogéneo e pertinente; as fortificações encontravam-se distribuídas segundo os estilos arquitectónicos consagrados, sendo relatada a sua evolução arquitectónica e analisados de modo sintético os edifícios mais paradigmáticos¹¹⁹. As definições tipológicas começaram a ser mais consideradas, conforme se podia comprovar na enunciação de edificações fortificadas

¹¹⁵ Por exemplo, a revista *Castella Marchiae* do Istituto Italiano dei Castelli, a revista *Castillos de España* da Asociación Española de Amigos de los Castillos, o *Journal* do Castle Studies Group, a revista *Burgen und Schlösser* do Deutsche Burgenvereinigung, e em Portugal a revista *Castrum: Revista de História e Castelologia* da Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos (só saiu o número inicial), ou a revista *CEAMA* do Centro de Estudos de Arquitectura Militar de Almeida.

¹¹⁶ Em Portugal continuam a ser ainda fundamentais duas sínteses historiográficas da arte portuguesa: a *História da Arte em Portugal* [DIAS, Pedro (Dir. de) (1986), *História da Arte em Portugal*, 14 vols., Lisboa, Publicações Alfa] publicada em 1986 sob a direcção de Pedro Dias, e a *História da Arte Portuguesa* [PEREIRA, Paulo (Dir. de) (1995-1997), *História da Arte Portuguesa*, 3 vols., Lisboa, Circulo de Leitores e Autores] dirigida por Paulo Pereira, publicada entre 1995 e 1997. Em ambas as obras, profusamente ilustradas com fotografias e desenhos rigorosos, a abordagem da arquitectura militar inclui-se como parte do conteúdo artístico geral, sendo mais ou menos analisada segundo os autores dos diversos capítulos. A divisão estilística encontrava-se já perfeitamente definida, e as contextualizações efectuadas reproduziam componentes historiográficas políticas e, no caso da obra coordenada por Paulo Pereira, também componentes socioeconómicas, urbanísticas, geográficas, etc., a que se associavam algumas análises mais profundas dos casos considerados paradigmáticos.

¹¹⁷ Por exemplo as obras *Arquitectura Manuelina* [DIAS, Pedro (1988), *Arquitectura Manuelina*, Porto, Livraria Civilização Editora] publicada em 1988 por Pedro Dias, e *O Legado Islâmico em Portugal* [TORRES, Cláudio, MACIAS, Santiago (1998), *O Legado Islâmico em Portugal*, Lisboa, Circulo de Leitores e Autores] publicada em 1998 por Cláudio Torres e Santiago Macias. Em ambas as obras era visível a contextualização histórica das temáticas abordadas, onde se incluía a arquitectura militar. As referências a esta faziam-se pontualmente, com casos específicos formalmente descritos e analisados de maneira crítica, sendo o texto complementado com fotografias e desenhos rigorosos. A obra de Pedro Dias ampliou a análise de exemplos de fortificações para os territórios ultramarinos anteriormente pertencentes a Portugal.

¹¹⁸ MOREIRA, Rafael (Dir. de) (1989), *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, Lisboa, Edições Alfa.

¹¹⁹ Podem-se mencionar algumas obras similares realizadas noutros países, como por exemplo *Norman Castles in Britain* [RENN, Derek Frank (1968), *Norman Castles in Britain*, Londres, John Baker Publishers] publicado em 1968 por Derek Frank Renn, *Castellarium Anglicanum*[...] [KING, David Cathcart (1983), *Castellarium Anglicanum: An Index and Bibliography of the Castles in England, Wales and the Islands*, 2 vols., Millwood (New York), Kraus International Publications] publicado em 1983 por David Cathcart King, *Le Château dans la France Médiévale* [FOURNIER, Gabriel (1978), *Le Château dans la France Médiévale*, Paris, Editions Aubier Montaigne] publicado em 1978 por Gabriel Fournier, *Le Château en France* [BABELON, Jean-Pierre (Dir. de) (1986), *Le Château en France*, Paris, Éditions Berger-Levrault - Caisse Nationale des Monuments Historiques et des Sites] publicado em 1986 sob direcção de Jean-Pierre Babelon, *Dalle Caverne ai Rifugi Blindati* [RAMELLI, Antonio Cassi (1964), *Dalle Caverne ai Rifugi Blindati*, Milán, Nuova Accademia] publicado em 1964 por Antonio Cassi Ramelli, *Castillos de España* publicado em 1979 por Carlos Sarthou Carreres, ou *Castillos de Aragón* [APARICIO, Cristóbal Guitart (1986-1988), *Castillos de Aragón*, 3 vols., Zaragoza, Librería General] publicado em 1988 por Cristobal Guitart Aparicio.

cuja principal função era religiosa ou, inclusivamente, residencial. Além de um glossário prevendo a importância da linguagem para auxiliar a transmissão de informação, a obra apresentava um conjunto excepcional de informação baseada não só em fotografias mas também em plantas de levantamento, mapas de localização, iconografia antiga, recurso a diversas fontes primárias, a sondagens arqueológicas, etc.

É pertinente afirmar-se que não só os novos estudos saíram beneficiados pelas novas tecnologias de investigação, mas também a própria divulgação do saber científico, sobretudo com o advento das tecnologias informáticas. A possibilidade de utilizar tecnologias de ressonância para realizar sondagens arqueológicas, os desenvolvimentos possibilitados por análises químicas de materiais de construção, a evolução de modelos matemáticos e físicos que tornavam viáveis os estudos estruturais, o processamento de dados de forma mais eficiente devido à informática, as inovadoras contribuições da observação documental, as aptidões derivadas da modelação tridimensional computacional e outros progressos tecnológicos fundamentais propiciaram o salto evolutivo do conhecimento castelológico, autonomizando-o por pleno direito – em Portugal de maneira mais tardia e gradualmente a partir da década de 1980.

Todas estas contribuições reflectiram-se nas distintas publicações, que se tornaram mais atractivas visualmente e mais fáceis de compreender mediante a introdução de gráficos, esquemas, mapas, ilustrações explicativas e imagens tridimensionais de estruturas fortificadas na sua forma actual ou reconstituídas num determinado momento do Passado, complementando enriquecedoramente os textos. Inclusivamente os conteúdos mudaram o seu carácter: o desenvolvimento dos campos do conhecimento mais metafísico revelaram a consciência de que também a historiografia possuía vertentes metafísicas que não podiam reduzir-se a modelos baseados em simples análises de dados, tendo que ser explicados recorrendo a modelos filosóficos mais abstractos, o que originou de algum modo uma historiografia da cultura e mentalidade de âmbito multidisciplinar.

Os novos contributos da historiografia da arte foram por isso influenciados de maneira decisiva por questões metafísicas provenientes sobretudo da tendência formalista: esta defendia que as formas das obras de arte não estavam determinadas por motivações físicas materiais mas sim por aspectos abstractos como a cultura, o espírito, a percepção individual da realidade, etc. Assim, as formas artísticas não poderiam ser compreendidas isoladamente mas sim através do conhecimento do seu contexto geral; pelo que o papel do historiador seria dar às obras de arte uma contextualização antes, durante e depois da sua criação¹²⁰. O desenvolvimento do método iconológico propiciou o entendimento de que a obra de arte era um produto resultante da cultura de um povo¹²¹, pelo que os objectos de investigação da historiografia da arte deveriam de ser o estudo das transformações da consciência social (pensamento, simbologia, crenças, etc.) e a sua evolução histórica¹²². Sendo a actividade artística essencialmente uma actividade da imaginação, tal implicaria que a historiografia da arte seria a historiografia elaborada não por conceitos mas sim por imagens mentais, cujas mutações e novas associações originariam significados novos¹²³. Isso era igualmente válido para a castelologia.

¹²⁰ Enquanto Jacob Burckhardt (1818-1897) elaborou estudos historiográficos inovadores dedicados à compreensão da cultura dos povos (*kulturgeschichte*), o principal mentor do formalismo aplicado à historiografia da arte seria Heinrich Wölfflin (1864-1945), que também considerava os estilos como resultado da expressão do seu tempo – diferentes épocas produziriam inevitavelmente diferentes formas artísticas –, mas aliados à subjectividade proporcionada pelo artista e o seu meio [BAUER, Hermann (1983), *Historiografía del Arte*, Madrid, Tauros Ediciones, p.166].

¹²¹ Konrad Fiedler (1841-1895) havia desenvolvido em finais do séc. XIX a sua “teoria da pura visibilidade”, que determinava ser o espírito que estimulava a projecção abstracta da realidade mediante cores, linhas e volumes; se a arte enquanto representação abstracta da realidade era um produto do espírito, então havia que estudar o espírito para compreender a arte. Nesse sentido Alois Riegl (1858-1905) defendia que cada povo teria uma intuição própria do espaço e do tempo, reflectida pelas formas artísticas por si produzidas e cujas características estariam determinadas por uma vontade colectiva de arte – resultante de uma congregação da vontade de arte (*kunstwollen*) com o espírito do povo (*volkgeist*) –, permitindo assim agrupá-las em estilos segundo as suas características; e Max Dvořák (1874-1921) interpretou a historiografia da arte como um processo de entendimento da história do espírito nas suas várias vertentes.

¹²² Abraham Moritz Warburg (1866-1929) e Erwin Panofsky (1892-1968) foram os principais fomentadores do método iconológico; Panofsky havia entendido que o mundo das imagens poderia ser ordenado, possibilitando elaborar uma historiografia da arte como historiografia das imagens, já que os conceitos mentais também poderiam materializar-se como imagens [ARGAN, Giulio Carlo (2005), *História da Arte como História da Cidade*, São Paulo, Martins Fontes Editora, p.51].

¹²³ Considerava-se que se podia estudar a historiografia da arte a partir da história e significado das imagens mentais (iconologia). Henri Focillon (1881-1943) e Rudolf Wittkower (1901-1971) aplicaram as metodologias formalista e iconológica na historiografia da arquitectura, ocasio-

O início da castelologia mudou drasticamente a relação entre os estudiosos e as ideias anteriormente estabelecidas em relação às fortificações. O trabalho conjunto de académicos provenientes das variadas áreas do conhecimento propiciou aproximações diferentes seguindo metodologias e pontos de vista distintos. As concepções preestabelecidas pelas anteriores gerações de investigadores começaram a ser questionadas – algumas desde a sua essência –, fomentando a revisão dos dogmatismos anteriores. Principalmente o próprio sentido da existência dos castelos medievais, ou seja, as suas origens, as suas reais funções e a sua importância social, política e simbólica.

Desde o princípio que os estudos de estruturas defensivas medievais se centravam exclusivamente no aspecto militar das edificações, originando estereótipos anacrónicos cujas interpretações não preenchiam satisfatoriamente as distintas problemáticas existentes. O desenvolvimento dos estudos arqueológicos, sociológicos e antropológicos permitiram que outros aspectos fora do âmbito militar pudessem ser associados aos edifícios fortificados, como por exemplo a função residencial aristocrática – João Grave e Damião Peres haviam já assinalado uma diferenciação entre os castelos militares e os paços acastelados, denominando estes últimos como “solar fortificado” e “castelo-solar” ou “moradia acastelada”. As interpretações exclusivamente militares começaram a ser questionadas, assim como a invalidez de as associar aos castelos em diversos níveis. Entre os investigadores dedicados à castelologia começou a existir uma tendência para um maior afastamento relativamente às argumentações positivistas baseadas no binómio forma/função, em prol de argumentações mais holistas que reconheciam uma multiplicidade funcional das estruturas defensivas e dos vários contextos existentes no Passado.

Carlos de Azevedo, na sua obra *Solares Portugueses*¹²⁴ publicada em 1969 e dedicada essencialmente à arquitectura residencial aristocrática, apresentou a evolução dos edifícios nobiliárquicos desde a Idade Média até ao período do rococó, contextualizando-os histórica, funcional e formalmente. Mas o principal contributo de âmbito castelológico oferecido por Carlos de Azevedo foi a distinção das torres senhoriais medievais que possuíam uma função eminentemente residencial, negando a função defensiva como a principal. Essa explicação foi realizada no prefácio, onde tratou a evolução dos castelos medievais e paços acastelados para concretizar a diferença. Além disso, a diferenciação efectuada permitiu deduzir a existência de um eventual simbolismo associado às residências fortificadas com formas acasteladas¹²⁵.

Essa questão foi confrontada de um modo mais aprofundado por Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1934-1996) na sua tese complementar de doutoramento intitulada *Castelologia Medieval de Entre-Douro[...]*¹²⁶, apresentada em 1978. Ferreira de Almeida apoiou-se em análises de fontes documentais primárias do período medieval, indispensáveis para contextualizar de modo mais eficaz os aspectos administrativos, sociais e defensivos deste período no noroeste de Portugal. Além disso, efectuou comparações das várias fortificações com outras edificações similares em Portugal e noutros países. A sua investigação permitiu-lhe ensaiar alguns enfoques inovadores na castelologia portuguesa, especialmente a toponímia mais rigorosa, o desenvolvimento dos aspectos socioeconómicos, geoestratégicos e simbólicos associados às estruturas fortificadas, e a origem e evolução das fortificações em Portugal.

José Mattoso ofereceu igualmente um importante contributo para o entendimento do contexto político-administrativo, socioeconómico, religioso e cultural da sociedade relativamente aos inícios da

nando o desenvolvimento de concepções associadas ao estilo e à tipologia arquitectónica [ARGAN, Giulio Carlo, FAGIOLLO, Maurizio (1994), *Guia de História da Arte*, Lisboa, Editorial Estampa, pp.37-39].

¹²⁴ AZEVEDO, Carlos de (1969), *Solares Portugueses*, Lisboa, Livros Horizonte.

¹²⁵ Em 1979 Charles Coulson, no seu artigo *Structural Symbolism in Medieval Castle Architecture* [COULSON, Charles (1979), *Structural Symbolism in Medieval Castle Architecture*, in *Journal of the British Archaeological Association*, 132, Londres, British Archaeological Association, pp.73-90] publicado no *Journal of the British Archaeological Association*, havia sugerido que o aspecto fortificado das edificações não significaria necessariamente uma função militar mas sim algum tipo de desígnio simbólico da nobreza do seu possuidor [LIDDIARD, Robert (2010), *Medieval Castles*, Coventry, History at the Higher Education Academy - University of Warwick, p.9]. Esta problemática havia surgido primeiro no Reino Unido, França e Alemanha não só por questões etimológicas, mas também porque a sua evolução possuiu características distintas de Portugal e outros países: seja por diferenças no modelo feudal, seja pelas motivações políticas inerentes, seja pela geografia ou outras.

¹²⁶ ALMEIDA, Carlos Ferreira de (1978), *Castelologia Medieval de Entre-Douro e Minho: Desde as Origens a 1220*, Porto, Texto Polycopiado (Tese Complementar de Doutoramento - Universidade do Porto).

formação de Portugal: as suas investigações arquivísticas permitiram-lhe consultar numerosas crónicas medievais, chancelarias régias, cartulários, inquirições e ordenações, de que resultou parcialmente a publicação em 1988 da obra *Identificação de um País[...]*¹²⁷. Baseando-se nas noções adquiridas, publicou em 1988 a obra *Castelos de Portugal[...]*¹²⁸, uma breve síntese de carácter divulgador dedicada às fortificações medievais portuguesas, sendo talvez o principal contributo a divisão das fortificações de acordo com parâmetros diversos dos seguidos anteriormente: a distribuição efectuou-se conforme as épocas históricas marcadas por distintas políticas régias e evoluções da poliorcética (anteriormente classificavam-se segundo períodos cronológicos, e depois pelos estilos artísticos).

A investigação paleográfica foi também uma das principais fontes de investigação de Humberto Baquero Moreno que, uma vez mais, partindo de temáticas de algum modo marginais à castelologia, logrou formalizar uma perspectiva do papel desenvolvido pelas fortificações medievais em Portugal: os seus estudos, publicados em inúmeros artigos, incidiram sobre temas como o municipalismo medieval, as relações fronteiriças entre os reinos de Portugal e Castela na Idade Média, a administração de castelos, as ordens militares na sociedade medieval, os coutos de homiziados fronteiriços, a demarcação da raia portuguesa, etc. A contribuição de Baquero Moreno permitiu apreender melhor a política fronteiriça prosseguida pelos reis portugueses nessa época, na qual os castelos medievais desempenharam um papel fundamental para a definição das fronteiras portuguesas¹²⁹. Além disso, iniciou-se um estudo mais efectivo dos aspectos relacionados com a administração das fortificações medievais e a sua preponderância nas vivências sociais na Idade Média.

O papel desempenhado pelas fortificações medievais como parte de uma política estratégica mais ampla que a edificação individualizada foi apontada por António Pires Nunes na sua obra *O Castelo Estratégico Português[...]*¹³⁰, publicada em 1988. A sua obra constituiu uma síntese das fortificações desde a pré-história até às fortificações abaluartadas, tentando conciliar elementos analíticos de várias proveniências, algo facilmente perceptível pela sua bibliografia; destacando a análise (complementada por esquemas explicativos) a um nível mais global, incidindo sobre a implantação das fortificações e a sua relação com as linhas naturais de penetração e invasão, associou assim esses elementos considerados fundamentais para a defesa territorial. No entanto a sua tendência metodológica continuava a ser fortemente influenciada pelo positivismo, evidente na obsessão – por vezes errada¹³¹ – pelo inventário e classificação de tipos fortificados, de estruturas defensivas (em Portugal e nos seus antigos territórios ultramarinos), de políticas geoestratégicas, da evolução da poliorcética, etc.¹³².

¹²⁷ MATTOSO, José, *Identificação de um País: Ensaio sobre as Origens de Portugal (1096-1325)*, 2 vols., Lisboa, Editorial Estampa.

¹²⁸ MATTOSO, José (1988), *Castelos de Portugal: A Memória de Pedra*, Lisboa, Correios e Telecomunicações de Portugal.

¹²⁹ Por exemplo, pode-se constatar a importância das fortificações fronteiriças na sua obra *Demarcações de Fronteiras* [MORENO, Humberto Baquero (2003), *Demarcações de Fronteiras*, 3 vols., Porto, Centro de Investigação e Documentação de História Medieval da Universidade Portucalense Infante D. Henrique] publicada em 2003.

¹³⁰ NUNES, António Pires (1988), *O Castelo Estratégico Português e a Estratégia do Castelo em Portugal*, Lisboa, Direcção do Serviço Histórico Militar - Estado-Maior do Exército.

¹³¹ É ainda importante mencionar o seu *Dicionário de Arquitectura Militar* [NUNES, António Pires (2005), *Dicionário de Arquitectura Militar*, Lisboa, Caleidoscópio] publicado em 2005, uma obra de índole lexical dedicada à arquitectura militar e similar a obras estrangeiras como por exemplo o *An Illustrated Glossary[...]* [SPITERI, Stephen (1993), *An Illustrated Glossary of Terms Used in Military Architecture*, Leeds, Fortress Study Group] publicada em 1993 por Stephen Spiteri, o *Glosario de Arquitectura Defensiva Medieval* [FIGUEROA, Luis de Mora (1994), *Glosario de Arquitectura Defensiva Medieval*, Cádiz, Universidad de Cádiz] publicado em 1994 por Luis de Mora Figueroa, ou o *Petit Vocabulaire du Château du Moyen Âge* [DURAND, Philippe (2001), *Petit Vocabulaire du Château du Moyen Âge*, Bordeaux, Éditions Confluences] publicado em 2001 por Philippe Durand.

¹³² O carácter positivista mais divulgador que científico evidenciava-se na sua obra *Os Castelos Templários da Beira Baixa* [NUNES, António Pires (2005), *Os Castelos Templários da Beira Baixa*, Idanha-a-Nova, Município de Idanha-a-Nova], publicada em 2005; a uma breve contextualização histórica inicial com ênfase para a organização territorial na formação de Portugal e para a história da ordem do Templo no país, seguia-se uma síntese das fortificações no território peninsular que distinguia as fortificações em tipologias evolutivas com características próprias. Depois de analisar várias fortificações de maneira individual e sintética, propôs inclusivamente um esquema planimétrico para a constituição de um modelo de castelo, bem como um quadro cronológico com os diversos elementos arquitectónicos militares e o seu período temporal de vigência útil.

Mário Pereira publicou em 1990 a obra *Santa Maria da Feira*[...]¹³³, dirigiu a obra *Castelos Raia da Beira*[...]¹³⁴ em 1988, e foi em 1991 co-autor da obra *Castelo de Elvas*¹³⁵ juntamente com Natália Pinto e António Nabais. Nestas obras os pressupostos de investigação seguidos apoiaram-se ainda em metodologias filológicas positivistas, onde os enfoques dos seus estudos incidiram essencialmente nos aspectos históricos associados às fortificações e na sua análise formal, tentando apreender a sua evolução física ao longo dos tempos com base em fontes antigas e através de uma panóplia de ilustrações possibilitadas pelas tecnologias mais modernas; no entanto existiram já preocupações com áreas de estudo mais diversificadas, visíveis por exemplo na abordagem a questões paisagísticas, urbanas, poliorcéticas e antropológicas (mitos e literatura), ainda que não muito aprofundadas.

Orlando Neves (1935-2005), na sua alocução *O Castelo Medieval e a Cultura Coeva*¹³⁶ publicada em 1987, mencionou a importância dos castelos medievais como instituições que além das funções defensivas, administrativas ou residenciais, possuíam importância social e económica, sendo também pólos aglutinadores sociológicos de índole cultural em paralelo com outra grande instituição medieval: os complexos monásticos e conventuais. Orlando Neves defendia que os conjuntos fortificados eram instituições activas de experiências comunitárias onde se reunia e convivia a população das suas proximidades. Juntamente com as feiras realizadas dentro ou na proximidade das fortificações costumavam-se realizar também actividades de lazer para os habitantes, para as cortes instaladas nos castelos ou para as próprias guarnições militares, como por exemplo os saraus de trovas, as representações teatrais ou os festivais de música. Nesse sentido, várias fortificações funcionaram como centros de produção e divulgação artística.

AS ESPECIALIZAÇÕES MULTIDISCIPLINARES ASSOCIADAS À CASTELOLOGIA

Nas últimas duas décadas percebeu-se que as concepções da historiografia total, tentando abarcar as mais variadas perspectivas do conhecimento, se opunham aos estudos mais aprofundados, em prol de sínteses globalizantes; os aspectos mais específicos, que requeriam investigação monográfica especializada e assinalada com períodos temporais definidos, haviam sido relegados e, a pouco e pouco, começou-se a sentir uma estagnação desse modelo totalitário. Os notáveis progressos tecnológicos observados em todos os campos da investigação proporcionaram volumes inauditos de informação que não podia ser tratada em sínteses globais mas sim de modo parcial e mais profundo. Sem esquecer as contribuições provenientes das ciências mais puras (química, física, tecnologias mecânicas e outras) ou metafísicas (sociologia, psicologia, antropologia, filosofia, etc.), é fundamental mencionar o papel desempenhado pela informática: a consulta de informação através da internet de forma mais rápida, em maior quantidade e em várias localizações ao mesmo tempo, permitiu a consagração da investigação colectiva de forma mais global. Por outro lado as evoluções relativas à modelação tridimensional possibilitou desenvolver modelos cibernéticos de edificações (na contemporaneidade ou propondo soluções do Passado) nas quais inclusivamente se podia circular de modo virtual¹³⁷.

Como tal, e conforme afirma José Amado Mendes, as reacções à historiografia total foram de algum modo veementes sob uma tónica pós-modernista: começou a priorizar-se o estudo de casos cada vez mais específicos (personalidades, instituições, edificações individuais, épocas definidas, etc.) em lugar de oferecer sínteses totais, e começou-se a tratar temas mais quotidianos (aspectos educativos, comportamentos sociais e familiares, relações laborais, actividades recreativas, etc.), despontando-se assim

¹³³ PEREIRA, Mário (1990), *Santa Maria da Feira: O Castelo*, Lisboa, Instituto Português do Património Cultural.

¹³⁴ PEREIRA, Mário (Dir. de) (1988), *Castelos Raia da Beira: Distrito da Guarda*, Guarda, Museu da Guarda - Instituto Português do Património Cultural.

¹³⁵ PEREIRA, Mário, PINTO, Natália, NABAIS, António (1991), *Castelo de Elvas*, Lisboa, Instituto Português do Património Cultural.

¹³⁶ NEVES, Orlando (1987), *O Castelo Medieval e a Cultura Coeva*, Lisboa, Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos.

¹³⁷ Por exemplo, veja-se o estudo efectuado por Miguel Alves Gata apresentado em 2007, intitulado *Tecnologia 3D Aplicada à Recuperação*[...] [GATA, Miguel Alves (2007), *Tecnologia 3D Aplicada à Recuperação Virtual de Património Histórico: Castelo de Freixo de Espada à Cinta*, Porto, Texto Policopiado (Tese de Mestrado - Universidade do Porto)].

uma historiografia aplicada¹³⁸. Além disso os historiadores e outros eruditos começaram a considerar que o modelo baseado na teoria racionalista composta essencialmente sobre fontes históricas se havia esgotado¹³⁹: as novas fórmulas de investigação, que valorizavam cada vez mais as fontes não escritas e as contribuições do conhecimento de índole metafísico, começaram a dar importância a obras cuja narrativa textual aceitava também teorias e modelos explicativos formulados com hipóteses – algumas bastante imaginativas –, criando enredos atraentes e ao mesmo tempo abrindo novas perspectivas de estudo¹⁴⁰.

A valorização de vários tipos de fontes originou cada vez mais especializações com distintas metodologias; por exemplo a arqueologia, que antes havia sido considerada um ramo especializado da historiografia, fragmentou-se por sua vez em diversas especialidades fruto da necessidade de especialização que se ia sentindo cada vez mais¹⁴¹. Em relação às fortificações, grande parte apresentava sobreposições estratigráficas como um dos problemas principais para o seu estudo. Ao longo dos tempos as obras sofreram reconstruções de partes destruídas devido a conflitos bélicos e a obras de modernização face aos desenvolvimentos poliorcéticos e às readaptações funcionais. As diversas campanhas de obras realizadas por distintos promotores em distintos tempos, com distintas tecnologias e por distintas circunstâncias, geraram um aglomerado de fábricas de difícil análise.

Como afirma Margarida Magalhães Ramalho, se anteriormente a historiografia da arquitectura se baseava sobretudo em fontes documentais, iconográficas, arqueológicas e ao recurso sistemático a metodologias comparativas que procuravam estabelecer paralelos estilísticos, a introdução de um conceito onde as fortificações eram observadas como objectos multiestratificados fomentou a adopção de metodologias arqueológicas aplicadas directamente sobre as estruturas edificadas. Pretendia-se com a arqueologia da arquitectura¹⁴² que o próprio edifício pudesse contar a sua história, cuja interpretação permitiria reconstituir a sequência temporal da sua construção e posteriores modificações. As fortificações, mais do que modelos construídos num determinado momento, começaram a ser estudadas como resultado singular de diversas acções únicas realizadas ao longo dos tempos¹⁴³.

¹³⁸ As novas problemáticas e metodologias historiográficas encontravam-se já estudadas em diversas obras estrangeiras de síntese, como por exemplo: *Châteaux Forts...* [CHÂTELAIN, André (1983), *Châteaux Forts: Images de Pierre des Guerres Médiévales*, Paris, Rempart] publicada em 1983 por André Châtelain, *Châteaux Forts et Fortifications en France* [MESQUI, Jean (1997), *Châteaux Forts et Fortifications en France*, Paris, Flammarion] publicada em 1997 por Jean Mesqui, *Les Châteaux-forts* [DURAND, Philippe (2009), *Les Châteaux-forts*, Paris, Editions Jean-Paul Gisserot] publicada em 2009 por Philippe Durand, *Castillos Señoriales en la Corona de Castilla* [COOPER, Edward (1991), *Castillos Señoriales en la Corona de Castilla*, 4 vols., Salamanca, Junta de Castilla y León] publicada em 1991 por Edward Cooper, *Castilla y León...* [FERNÁNDEZ, José de Castro, GUERRA, Fernando Cobos (1998), *Castilla y León: Castillos y Fortalezas*, León, Edilesa] publicada em 1998 por Fernando Cobos Guerra e José de Castro Fernández, *Castles and Landscapes* [CREIGHTON, Oliver (2002), *Castles and Landscapes*, London, Continuum] publicada em 2002 Oliver Creighton, *Castles in Medieval Society* [COULSON, Charles (2003), *Castles in Medieval Society*, Oxford, Oxford University Press] publicada em 2003 por Charles Coulson, *Castles in Context...* [LIDDIARD, Robert (2005), *Castles in Context: Power, Symbolism and Landscape, 1066 to 1500*, Macclesfield, Windgather Press] publicada em 2005 por Robert Liddiard, *Il Castello in Italia...* [CACIAGLI, Giuseppe (1979), *Il Castello in Italia: Saggio d'Interpretazione Storica dell'Architettura e dell'Urbanistica Castellana*, Florença, Giorgi & Gambi] publicada em 1979 por Giuseppe Caciagli, *Scudi di Pietra...* [LUISSI, Riccardo (1996), *Scudi di Pietra, I Castelli e l'Arte della Guerra tra Medioevo e Rinascimento*, Roma - Bari, Editori Laterza] publicada em 1996 por Riccardo Luisi, *Proteggere e Dominare...* [SETTIA, Aldo Angelo (1999), *Proteggere e Dominare: Fortificazioni e Popolamento nell'Italia Medievale – Fortificazioni e Popolamento nell'Italia Medievale*, Roma, I Libri di Viella] publicada em 1999 por Aldo Angelo Settia, *Burgen und Wohntürme des Deutschen Mittelalters...* [KRAHE, Friedrich-Wilhelm (1996), *Burgen und Wohntürme des Deutschen Mittelalters: Grundriss-Lexikon*, 2 vols., Estugarda, Jan Thorbecke Verlag] publicada em 1996 por Friedrich-Wilhelm Krahe, *Burgen – Symbole der Macht...* [ZEUNE, Joachim (1999), *Burgen – Symbole der Macht: Ein Neues Bild der Mittelalterlichen Burg*, Regensburg, Verlag Friedrich Pustet] publicada em 1999 por Joachim Zeune, e *Wörterbuch der Burgen...* [BÖHME, Horst Wolfgang, FRIEDRICH, Reinhard, SCHOCK-WERNER, Barbara (2004), *Wörterbuch der Burgen, Schlösser und Festungen*, Estugarda, Verlag Philipp Reclam] publicada em 2004 por Horst Wolfgang Böhme, Reinhard Friedrich e Barbara Schock-Werner.

¹³⁹ Giulio Carlo Argan (1909-1992) foi um dos principais promotores da tendência historiográfica que efectuou a síntese entre a historiografia formalista e a historiografia de carácter sociológico, de que resultou o movimento historiográfico aplicado.

¹⁴⁰ MENDES, José Amado (1996), A Renovação da Historiografia Portuguesa, in CATROGA, Fernando, MENDES, José Amado, TORRALBA, Luís Reis, *História da História em Portugal: Sécs. XIX-XX*, Lisboa, Círculo de Leitores e Autores, p.342-343.

¹⁴¹ As especializações associadas à arqueologia tinham já resultado, numa primeira fase, na arqueologia medieval, arqueologia industrial e arqueologia náutica entre outras.

¹⁴² A arqueologia da arquitectura desenvolveu-se inicialmente em Itália, principalmente sob os auspícios de Francesco Dogliani e Roberto Parenti; mais tarde também em Espanha se começaram a realizar estudos inovadores, com destaque para os realizados por Luis Caballero Zoreda.

¹⁴³ RAMALHO, Margarida Magalhães (2002), Arqueologia da Arquitectura: O Método Arqueológico Aplicado ao Estudo e Intervenção em Património Arquitectónico, in *Património: Estudos*, (3), Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico, p.19.

Mário Jorge Barroca foi talvez quem aplicou mais proficuamente em Portugal as metodologias de arqueologia da arquitectura às fortificações, o que lhe permitiu datar aspectos associados aos castelos da Feira (Santa Maria da Feira), de Soure, de Lanhoso (Póvoa de Lanhoso), de Trancoso e especialmente de S. Mamede em Guimarães¹⁴⁴. Mediante a análise estratigráfica, Mário Barroca estabeleceu não só cronologias bastante coerentes das etapas de construção das estruturas defensivas, mas também algumas aproximações formais concernentes a essas etapas, mediante a análise dos aparelhos construtivos, dos materiais utilizados, dos elementos arquitectónicos erigidos, das indicações oferecidas por vestígios remanescentes e por análises epigráficas¹⁴⁵, etc. A essas observações adicionou uma intensa investigação documental que lhe proporcionou um conjunto de materiais paleográficos fundamentais para elaborar uma das obras castelológicas mais profícuas realizada em Portugal nos últimos tempos, a qual se encontra disponível em numerosos artigos publicados em várias revistas e colectâneas científicas¹⁴⁶.

Sob a influência de Carlos Alberto Ferreira de Almeida, Mário Barroca acrescentou um progresso decisivo à sua obra, desenvolvendo consideravelmente muitas das temáticas que já haviam sido anteriormente iniciadas: no seu artigo *Torres, Casas-Torres[...]*¹⁴⁷ publicado em 1998, Mário Barroca expôs claramente o papel residencial que possuíam as torres senhoriais, assim como o impacto do *ius crene-landi* nas edificações aristocráticas em Portugal. As origens das fortificações medievais portuguesas, até aqui relativamente obscuras, foram expostas por Mário Barroca de um modo explícito, permitindo inclusivamente promover um processo cronológico de tipificação das estruturas militares de acordo com a evolução das condicionantes político-administrativas, socioeconómicas, poliorcéticas, tecnológicas, geoestratégicas, culturais, etc. e possibilitando propor uma evolução das fortificações suportada em evidências convincentes¹⁴⁸. Mário Barroca analisou também o papel desempenhado pela ordens militares actuantes em Portugal para compreender as suas influências na edificação de fortificações¹⁴⁹.

¹⁴⁴ Em relação ao castelo de S. Mamede, veja-se *O Castelo de Guimarães* [BARROCA, Mário Jorge (1996), *O Castelo de Guimarães*, in *Património: Identidade, Ciências Sociais e Fruição Cultural*, (1), Cascais, Patrimónia - Associação de Projectos Culturais e Formação Artística, pp.17-28] publicado em 1996.

¹⁴⁵ A sua dissertação de doutoramento, defendida em 1996 e publicada quatro anos depois [BARROCA, Mário Jorge (2000), *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, 4 vols., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian - Fundação para a Ciência e Tecnologia], versou sobre essa temática.

¹⁴⁶ A obra castelológica de Mário Barroca encontra-se parcialmente sintetizada em *Da Reconquista a D. Dinis* [BARROCA, Mário Jorge (2003), *Da Reconquista a D. Dinis*, in BARATA, Manuel Themudo, TEIXEIRA, Nuno Severiano (Dir. de), *Nova História Militar de Portugal*, 1, Lisboa, Círculo de Leitores e Autores, pp.21-161], incluída na *Nova História Militar de Portugal* publicada em 2003 sob a direcção de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira.

¹⁴⁷ BARROCA, Mário Jorge (1998), *Torres, Casas-Torres ou Casas-Fortes: A Concepção do Espaço de Habitação da Pequena e Média Nobreza na Baixa Idade Média (Sécs. XII-XV)*, in *Revista de História das Ideias*, vol.19, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pp.39-103.

¹⁴⁸ Por exemplo: *Castelos Românicos Portugueses[...]* [BARROCA, Mário Jorge (2001), *Castelos Românicos Portugueses (Séc. XII e XIII)*, in PÉREZ, Xosé Carlos Valle, RODRIGUES, Jorge (Coord. de), *Romanico: En Galicia y Portugal / Em Portugal e Galiza*, A Coruña - Lisboa, Fundación Pedro Barrié de la Maza - Fundação Calouste Gulbenkian, pp.89-111] publicado em 2001; *Aspectos da Evolução da Arquitectura Militar da Beira Interior* [BARROCA, Mário Jorge (2000), *Aspectos da Evolução da Arquitectura Militar da Beira Interior*, in FERREIRA, Maria do Céu, MARQUES, António Augusto, OSÓRIO, Marcos, PERESTRELO, Manuel Sabino (Ed. de), *Beira Interior - História e Património: I Jornadas de Património da Beira Interior*, Guarda, Associação de Desenvolvimento, Estudo e Defesa do Património da Beira Interior, pp.215-238] publicado em 2000; *Castelos Medievais Portugueses[...]* [BARROCA, Mário Jorge (1998), *Castelos Medievais Portugueses: Origens e Evolução (Séc. IX-XIV)*, in BARRIO, Juan Antonio, PLIEGO, José Cabezuolo (Ed. de), *La Fortaleza Medieval: Realidad y Símbolo*, Alicante, Sociedad Española de Estudios Medievales - Ayuntamiento de Alicante - Universidad de Alicante, pp.13-30] publicado em 1998; *D. Dinis e a Arquitectura Militar Portuguesa* [BARROCA, Mário Jorge (1998), *D. Dinis e a Arquitectura Militar Portuguesa*, in *História*, série 2, 15 (tomo 1), Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp.801-822] publicado em 1998, *Os Castelos* [BARROCA, Mário Jorge (1992), *Os Castelos*, in MATOS, Maria António Pinto de (Coord. de), *Nos Confins da Idade Média: Arte Portuguesa (Séculos XII - XV)*, Porto, Instituto Português de Museus - Secretaria de Estado da Cultura, pp.51-57] publicado em 1992.

¹⁴⁹ Por exemplo: *Castelos da Ordem de Santiago* [BARROCA, Mário Jorge (2002), *Castelos da Ordem de Santiago*, Palmela, Câmara Municipal de Palmela] publicado em 2002; *Os Castelos das Ordens Militares[...]* [BARROCA, Mário Jorge (2002), *Os Castelos das Ordens Militares em Portugal (Sécs. XII a XIV)*, in FERNANDES, Isabel Cristina (Coord. de), *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*, Lisboa, Edições Colibri, pp.535-548] publicado em 2002; *A Ordem do Hospital[...]* [BARROCA, Mário Jorge (2001), *A Ordem do Hospital e a Arquitectura Militar Portuguesa (Séc. XII a XIV)*, in JORGE, Vitor Oliveira (Coord. de), *III Congresso de Arqueologia Peninsular: Arqueologia da Idade Média da Península Ibérica*, 7, Porto, Associação para o Desenvolvimento da Cooperação em Arqueologia Peninsular, pp.187-211] publicado em 2001; *Os Castelos dos Templários em Portugal[...]* [BARROCA, Mário Jorge (2001), *Os Castelos dos Templários em Portugal e a Organização da Defesa do Reino no Séc. XII*, in *Acta Historica et Archaeologica Mediaevalia*, (22), Barcelona, Universitat de Barcelona, pp.213-227] publicado em 2001; *A Ordem do Templo[...]* [BARROCA, Mário Jorge (1996), *A Ordem do Templo e a Arquitectura Militar Portuguesa do Séc. XII*, in *Portvgalia*, (17-18), Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp.171-209] publicado em 1996.

Finalmente, apontou a extrema importância concedida aos castelos sob o ponto de vista simbólico, visto que a visibilidade territorial dos castelos possuía, de facto, um propósito essencial para a estruturação do território não só administrativa mas também mentalmente¹⁵⁰.

Os aspectos essenciais associados ao ponto de vista territorial foram também mencionados por Helena Catarino na sua dissertação de doutoramento *O Algarve Oriental[...]*¹⁵¹, defendida em 1997. O trabalho possuía uma forte componente inovadora sobre uma das temáticas abordadas: a arquitectura militar muçulmana, que no entanto continuava a ser praticamente desconhecida no panorama académico português – apesar dos importantes estudos que já haviam sido efectuados principalmente por Cláudio Torres. Apesar da permanência de numerosas estruturas defensivas com origens ou contribuições muçulmanas no sul de Portugal, a arquitectura militar muçulmana continuava a ser pouco estudada, ao passo que a dos cristãos se encontrava num estado avançado de conhecimento.

Noutro sentido, Helena Catarino defendeu que as sondagens arqueológicas não se deveriam de limitar somente às estruturas defensivas e à sua envolvente imediata; pelo contrário, as prospecções deveriam de se estender aos povoados circundantes, valorizando aspectos como as características das casas, urbanismo, actividades económicas e produtivas, a ocupação humana dos solos, a administração e distribuição social, etc. Mediante esses fundamentos poderiam deduzir-se conjecturas sobre as modificações que teriam sofrido as comunidades ao longo dos tempos, afectando igualmente as fortificações próximas. Também seria possível analisar o modo como se relacionavam as populações contíguas não só com a estrutura defensiva mas também entre si, com o meio ambiente circundante e com outras áreas territoriais limítrofes¹⁵².

Tal significa que se estaria frente a uma espécie de arqueologia da paisagem, quiçá uma nova especialização dentro da arqueologia dedicada ao estudo das relações entre a ocupação humana e a modificação do espaço através dos tempos. Outra especialização da arqueologia é o que se decidiu denominar como arqueologia experimental, cujos principais contributos castelológicos se encontram actualmente centrados no estaleiro de Guédelon perto de Treigny (França). Guédelon é um formidável laboratório ao ar livre que ambiciona recriar os processos arquitectónicos e tecnologias da construção que poderiam ter existido na Idade Média. Ao contrário da arqueologia convencional cuja metodologia se apoia mais em fórmulas de catalogação dos vestígios existentes, na arqueologia experimental parte-se do vazio documental absoluto para os produtos finais novos, tentando obter conclusões sobre a viabilidade de hipotéticas metodologias e processos criativos, construtivos, administrativos e organizativos antigos mediante experiências, observações e correcções executadas segundo parâmetros antigos em modelos novos similares aos do Passado. Em Guédelon está a ser construído um paço acastelado do séc. XIII utilizando os materiais ali disponíveis e com tecnologias supostamente medievais, tudo como se fosse um estaleiro medieval¹⁵³.

Também é essencial compreender a forma como as fortificações condicionavam o espaço urbano, e nesse sentido realizaram-se recentemente vários estudos morfológicos para tentar compreender esse aspecto, recorrendo frequentemente à análise de fotogrametria e de cartas urbanas como forma de tentar compreender a evolução da forma urbana e o papel desenvolvido pelas fortificações existentes. Podem-se mencionar por exemplo os estudos efectuados por Amélia Aguiar Andrade, Walter Rossa e Maria Luísa Trindade entre outros¹⁵⁴. No entanto, a arquitectura militar não condicionava os espaços urbanos

¹⁵⁰ BARROCA, Mário Jorge (2003), *Uma Paisagem com Castelos*, in OLIVEIRA, Vítor Jorge (Ed. De), *Arquitectando Espaços: Da Natureza à Metapólis*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp.173-181.

¹⁵¹ CATARINO, Helena Gomes (1997), *O Algarve Oriental Durante a Ocupação Islâmica: Povoamento Rural e Recintos Fortificados*, 3 vols., Coimbra, Texto Polycopiado (Dissertação de Doutoramento - Universidade de Coimbra).

¹⁵² CATARINO, Helena Gomes (1997), *O Algarve Oriental Durante a Ocupação Islâmica: Povoamento Rural e Recintos Fortificados*, 3 vols., Coimbra, Texto Polycopiado (Dissertação de Doutoramento - Universidade de Coimbra), pp.148-150.

¹⁵³ Além do sítio na internet < <http://www.guedelon.fr> >, podem-se consultar as obras *Guédelon* [DURAND, Philippe (Dir. de) (2005), *Guédelon*, Plouédern, Éditions Jean-Paul Gisserot] de Philippe Durand, e *Guédelon[...]* [DARQUES, Thierry (2009), *Guédelon: Ils Bâtissent un Château Fort - Les Travaux de Saison en Saison*, Treigny, Guédelon] de Thierry Darques.

¹⁵⁴ Por exemplo Amélia Aguiar Andrade publicou em 2001 a obra *A Construção Medieval do Território* [ANDRADE, Amélia Aguiar (2001), *A Construção Medieval do Território*, Lisboa, Livros Horizonte], e em 2003 a obra *Horizontes Urbanos Medievais* [ANDRADE, Amélia Aguiar (2003),

e territoriais de um modo somente físico: a sua presença – sobretudo os castelos e paços acastelados – representava também o poder dominante associado, transformando-se em imagens mentais plenas de significados e criando, além de condicionantes físicas, hierarquias políticas, socioculturais e outras.

As estruturas fortificadas constituíam-se assim como documentos materiais cujo valor era mais que arquitectónico, artístico, tecnológico ou outros: enquanto edificações assumidamente multifuncionais (defensivas, residenciais, governativas, simbólicas, estruturantes urbanística e territorialmente), eram também testemunhos privilegiados para transmitir conhecimentos sobre os diversos aspectos do Passado a elas associados. Rita Costa Gomes defendeu em 1994 a sua dissertação de doutoramento; publicada no ano seguinte com o título *A Corte dos Reis de Portugal*[...] ¹⁵⁵, a sua obra abordou também questões relacionadas com as particularidades associadas aos castelos medievais, como a sua organização administrativa, o seu papel na vigilância e defesa do reino, a sua função urbanística estrutural, etc. Rita Costa Gomes evidenciou o erro de atribuir aos castelos medievais funções essencialmente políticas e militares segundo uma macroescala que desprezava as suas importantes relações com a população, com as formas de autoridade, e com a organização espacial à escala urbana. Esses aspectos foram transmitidos nas suas obras *Castelos da Raia*[...] ¹⁵⁶, publicadas em 1996 e 2003: em ambas as obras existia uma breve – mas completa – contextualização que tratava temáticas como o historial político e geoestratégico, o povoamento raiano, a administração territorial, os condicionamentos materiais, a importância económica e simbólica, a evolução poliarcética, etc. recorrendo a múltiplas ilustrações (fotografias, iconografia antiga, plantas de castelos, esquemas gráficos, mapas e outros recursos visuais).

Na sua dissertação de doutoramento apresentada em 1993 e publicada dois anos depois sob o título *Paços Medievais Portugueses*[...] ¹⁵⁷, José Custódio Vieira da Silva estudou uma temática que se entrecruzava com os estudos de Rita Costa Gomes e de Mário Barroca em alguns pontos, sobretudo nos aspectos relativos à residência aristocrática. Com efeito, José Custódio Vieira da Silva também analisou o simbolismo associado aos paços medievais nobiliários, abordando-os inclusivamente desde a sua etimologia e evolução semântica. José Custódio Vieira da Silva comparou as edificações residenciais portuguesas com outras estrangeiras e com os alcáceres, os seus antecedentes de origem muçulmana que em muitos casos haviam sido adoptados pelos monarcas portugueses. A importância do estudo protagonizado por José Custódio Vieira da Silva para a castelologia é acentuada pelas distinções efectuadas sobre os diversos tipos de paços medievais portugueses que, além dos acastelados e das torres senhoriais (*domus fortis*) aristocráticas ou associadas a mosteiros, eram também constituídos por paços civis, alcáceres edificadas em castelos, paços episcopais e edificações administrativas (palácios de justiça e paços municipais). Cada um possuiria simbolismos diferentes dentro dos contextos onde se inseriam. Para auxiliar a explicar a variedade formal e o seu funcionamento, José Custódio Vieira da Silva baseou-se em fontes documentais e iconográficas antigas e num vasto conjunto de ilustrações compostas por fotografias e levantamentos rigorosos.

Rosa Varela Gomes, na sua dissertação de doutoramento intitulada *Silves (Xelb)*[...] ¹⁵⁸ e defendida em 1999, abordou também questões relacionadas com os espaços urbanos amuralhados e os edifícios apalaçados e fortificados de origem muçulmana, mais especificamente os existentes em Silves. Com base em documentação e iconografia antiga, na análise dos vestígios arqueológicos e na comparação com outros casos similares, Rosa Varela Gomes pôde efectuar uma contextualização histórica de Silves

Horizontes Urbanos Medievais, Lisboa, Livros Horizonte]; Walter Rossa publicou em 2002 a obra *A Urbe e o Traço: Uma Década de Estudos sobre o Urbanismo Português*, Coimbra, Livraria Almedina]; e Maria Luísa Trindade defendeu em 2010 a sua dissertação de doutoramento intitulada *Urbanismo na Composição de Portugal* [TRINDADE, Maria Luísa, *Urbanismo na Composição de Portugal*, 2 vols., Coimbra, Texto Polycopiado (Dissertação de Doutoramento - Universidade de Coimbra)].

¹⁵⁵ GOMES, Rita Costa (1995), *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média*, Lisboa Difel.

¹⁵⁶ GOMES, Rita Costa (2003), *Castelos da Raia: Trás-os-Montes*, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico; GOMES, Rita Costa (2002), *Castelos da Raia: Beira*, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico.

¹⁵⁷ SILVA, José Custódio Vieira da (1995), *Paços Medievais Portugueses*, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico.

¹⁵⁸ GOMES, Rosa Varela (1999), *Silves (Xelb) – Uma Cidade do Gharb Al-Andalus: Arqueologia e História (Séculos VIII-XIII)*, 5 vols., Lisboa, Texto Polycopiado (Dissertação de Doutoramento - Universidade Nova de Lisboa).

desde a pré-história à época islâmica, abordando áreas como os estudos político-religiosos e socioculturais, a geologia e orografia, o clima, os usos do solo, a paisagem, a fauna e flora, os recursos naturais, a rede de fortificações territoriais islâmicas em torno de Silves e o seu povoamento, o quotidiano e a ergologia das populações locais, o funcionamento dos elementos arquitectónicos, as evoluções das fases construtivas das fortificações e outros edifícios (banhos, mesquita, alcácer e, sobretudo, a alcáçova), etc. A sua obra apresenta inúmeras plantas, cortes, alçados e perfis, assim como desenhos de prospecções, de reconstituições e de análise dos aparelhos murários¹⁵⁹.

Ainda dedicado à arquitectura defensiva de origem muçulmana, Basilio Pavón Maldonado publicou em 1993 a crónica *Ciudades y Fortalezas Lusomusulmanas[...]*¹⁶⁰, a qual se apresenta apoiada em fotografias, ilustrações, fontes documentais e analogias com fortificações similares em Espanha, tentando analisar de modo sintético as fortificações muçulmanas existentes em Portugal. Pavón Maldonado havia sido autor de outros estudos¹⁶¹ sobre arquitectura e urbanismo bastante mais desenvolvidos que, apesar de analisar maioritariamente casos espanhóis, também incide sobre alguns portugueses.

A abordagem efectuada por João Gouveia Monteiro na sua dissertação de doutoramento, defendida em 1997 e publicada um ano depois com o nome *A Guerra em Portugal[...]*¹⁶², constava de uma análise sobre o panorama bélico português no período situado aproximadamente desde o advento da pirobalística, com as suas implicações para as estruturas defensivas, até ao início das fortificações de transição. A investigação levada a cabo não se limitou à análise das fortificações: de facto este aspecto era só uma das componentes do seu estudo, que abarcava desde as evoluções poliorcéticas até às particularidades associadas às fortificações, passando pela sua administração, a sua contextualização histórica, geoestratégica, política e socioeconómica – além dos aspectos não directamente relacionados com as fortificações, como o estudo do armamento bélico medieval, as tácticas de guerra, a vida militar, etc.¹⁶³.

A sua investigação de doutoramento concedeu-lhe as bases necessárias para publicar *Os Castelos Portugueses dos Finais da Idade Média[...]*¹⁶⁴ em 1999, mostrando parcialmente o seu anterior estudo mas focando as fortificações da raia portuguesa em finais da Idade Média. Como ponto de partida, Gouveia Monteiro baseou-se na obra de Duarte d'Armas (como o haviam feito anteriormente Manuel González Simancas e João de Almeida), mas as enormes diferenças entre si são facilmente perceptíveis. Enquanto que João de Almeida se havia limitado a enumerar e narrar eventos históricos e González Simancas havia produzido essencialmente uma análise formal da evolução das fortificações a partir do códice, Gouveia Monteiro efectuou um estudo bastante mais complexo de contextualização nas mais variadas vertentes, desde a evolução formal das fortificações até aos aspectos administrativos, sociológicos, geoestratégicos, construtivos e outros associados a elas, explicando assim de forma perceptível as vicissitudes evolutivas das diversas estruturas defensivas. Seguindo Mário Barroca, Gouveia Monteiro logrou distribuir os castelos segundo tipos específicos, prestando também atenção às residências e templos religiosos fortificados. Curiosamente, a análise pormenorizada dos elementos arquitectónicos principais, como havia feito González Simancas antes (com menos detalhe), motivaram-no a propor também

¹⁵⁹ Rosa Varela Gomes, em co-autoria com Mário Varela Gomes, publicou em 2004 a obra *O Ribat da Arrifana[...]* [GOMES, Rosa Varela, GOMES, Mário Varela (1999), *O Ribat da Arrifana (Aljezur - Algarve)*, Aljezur, Município de Aljezur], que segue pressupostos semelhantes ao seu doutoramento, ainda que substancialmente menos desenvolvidos.

¹⁶⁰ MALDONADO, Basilio Pavón (1993), *Ciudades y Fortalezas Lusomusulmanas: Crónicas de Viajes por el Sur de Portugal*, Madrid, Instituto de Cooperación con el Mundo Árabe.

¹⁶¹ MALDONADO, Basilio Pavón (1999), *Tratado de Arquitectura Hispanomusulmana: Ciudades y Fortalezas*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas; MALDONADO, Basilio Pavón (1992), *Ciudades Hispanomusulmanas*, Madrid, MAPFRE.

¹⁶² MONTEIRO, João Gouveia (1998), *A Guerra em Portugal nos Finais da Idade Média*, Lisboa, Editorial Notícias.

¹⁶³ O estudo encontra-se sintetizado em *De D. Afonso IV[...]* [MONTEIRO, João Gouveia (2003), *De D. Afonso IV (1325) à Batalha de Alfarrobeira (1449) – Os Desafios da Maturidade*, in BARATA, Manuel Themudo, TEIXEIRA, Nuno Severiano (Dir. de), *Nova História Militar de Portugal*, 1, Lisboa, Círculo de Leitores e Autores, pp.163-287], incluído na *Nova História Militar de Portugal* publicada em 2003 sob a direcção de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira. Gouveia Monteiro também publicou em 2002, conjuntamente com Maria Leonor Pontes, a obra de síntese *Castelos Portugueses* [MONTEIRO, João Gouveia, PONTES, Maria Leonor (2002), *Castelos Portugueses*, Instituto Português do Património Arquitectónico], em parte baseada nos estudos de Mário Barroca.

¹⁶⁴ MONTEIRO, João Gouveia (1999), *Os Castelos Portugueses dos Finais da Idade Média: Presença, Perfil, Conservação, Vigilância e Comando*, Lisboa, Edições Colibri.

um modelo hipotético para os castelos medievais portugueses de finais da Idade Média, ainda que não em perfil mas somente em planta.

Já em 2010 Nuno Villamariz Oliveira publicou a obra *Castelos Templários em Portugal*[...] ¹⁶⁵ baseada na sua tese de mestrado defendida em 2000, onde além do enquadramento histórico e análise das fortificações templárias (com enorme suporte na obra de Mário Barroca), realizou uma análise dos contributos da história da arte para a historiografia dos templários, mencionou os mitos e a pseudo-história associada à Ordem do Templo, analisou a evolução dos sistemas defensivos no território português da pré-história à Idade Média, e efectuou analogias com as fortificações templárias na Terra Santa, ilustrando a obra com fotografias, plantas e imagens antigas, assim como com valiosas plantas de levantamento e reconstituição das fortificações.

Conforme se mencionou anteriormente, a especialização dos estudos historiográficos provocou a elaboração de investigações mais específicas de índole monográfica sobre edificações ou personalidades. O incremento dessas investigações mais profundas originou um vasto número de obras com estas características, potenciando o estabelecimento de relações mais eficazes quando se analisam comparativamente no seu conjunto global, algo que a historiografia de tendência totalitária não podia fazer eficientemente, já que a elaboração de sínteses que englobassem várias áreas do conhecimento não permitia tratá-las a todas de um modo conveniente. As obras monográficas traziam assim importantes contributos no campo cognitivo: a investigação sobre documentação antiga, arqueológica e outras revelaram novas fontes primárias; as recentes tecnologias aplicadas aos objectos de estudos produziram novos subsídios e direcções de investigação; e também a divulgação da produção científica mediante várias publicações e expedientes visuais operantes tornaram possível a circulação do conhecimento.

Depois das monografias positivistas de Ernesto Korrodi, Luís de Pina ou Augusto Vieira da Silva, as monografias mais recentes dispuseram-se a seguir os conceitos epistemológicos da historiografia total mas aplicada somente a um conjunto edificado muito mais restrito para cada estudo; enquanto que as obras mais antigas analisavam essencialmente questões formais e eventos históricos, as novas investigações incluíam perspectivas metafísicas sociológicas, simbólicas, culturais e vivenciais, assim como aspectos administrativos e outros. Num primeiro momento destacou-se a obra *O Castelo da Feira*[...] ¹⁶⁶ publicada em 1989 por José Mattoso, Amélia Aguiar Andrade e Luís Krus; nela se abordou de forma inédita a problemática concernente às próprias questões memorativas como tendência historiográfica, assim como o papel desempenhado pelo castelo da Feira no âmbito regional sob vários aspectos (demográficos, administrativos, simbólicos, etc.), noções também fortemente baseadas em fontes documentais primárias. Mais tardias, as obras *Introdução à História do Castelo de Leiria* ¹⁶⁷ publicada em 1995 por Saul António Gomes, *O Recinto Amuralhado de Évora* ¹⁶⁸ publicada em 2004 por Miguel Pedroso de Lima com base na sua tese de mestrado defendida em 1996, *O Castelo de Santa Maria*[...] ¹⁶⁹ publicada em 2001 por Maria Helena Barreiros, *As Fortificações Medievais de Castelo de Vide* ¹⁷⁰ publicada em 2005 por Pedro Cid, e *Castelo de Palmela*[...] ¹⁷¹ publicada em 2004 por Isabel Cristina Fernandes com base na sua tese de mestrado defendida em 2001, apresentaram problemáticas e metodologias epistemológicas similares à anteriormente mencionada ¹⁷².

¹⁶⁵ OLIVEIRA, Nuno Villamariz (1999), *Castelos Templários em Portugal (1120-1314)*, Lisboa, Ésquilo.

¹⁶⁶ ANDRADE, Amélia Aguiar, KRUS, Luís, MATTOSO, José Gonçalves (1989), *O Castelo da Feira: A Terra de Santa Maria nos Séculos XI a XIII*, Lisboa, Editorial Estampa.

¹⁶⁷ GOMES, Saul António (1995), *Introdução à História do Castelo de Leiria*, Leiria, Câmara Municipal de Leiria.

¹⁶⁸ LIMA, Miguel Pedroso (1996), *O Recinto Amuralhado de Évora: Subsídios para o Estudo do seu Traçado*, Évora, Texto Policopiado (Tese de Mestrado - Universidade de Évora).

¹⁶⁹ BARREIROS, Maria Helena (2001), *O Castelo de Santa Maria da Feira (Séculos X a XX): Formas e Funções*, Santa Maria da Feira, Comissão de Vigilância do Castelo de Santa Maria da Feira.

¹⁷⁰ CID, Pedro de Aboim Inglês (2005), *As Fortificações Medievais de Castelo de Vide*, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico.

¹⁷¹ FERNANDES, Isabel Cristina (2004), *Castelo de Palmela: Do Islâmico ao Cristão*, Lisboa, Edições Colibri

¹⁷² Poder-se-ia mencionar também a obra *Da Vila Cercada à Praça de Guerra*[...] [CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da (2002), *Da Vila Cercada à Praça de Guerra: Formação do Espaço Urbano em Almeida (Séculos XVI-XVIII)*, Lisboa, Livros Horizonte] publicada em 2002 por Margarida Tavares da Conceição; no entanto, e como o próprio nome indica, os aspectos relativos à fortificação medieval só foram estudados parcialmente, já que se deu prioridade à fortificação abaluartada.

Estes estudos mostraram vários campos de investigação sobre os diversos aspectos históricos, simbólicos, formais, etc. associados às fortificações; mas um dos aspectos que se destacavam – sobretudo na obra de Helena Barreiros – era a observação das questões relacionadas com as fortificações desde o surgimento das preocupações patrimoniais. Nos últimos tempos começaram a ser tidas em conta as contribuições académicas elaboradas sob uma perspectiva claramente distinta das anteriores: se desde o séc. XIX os restauradores de monumentos favoreceram os estudos de fortificações como parte do seu processo de intervenção nos restauros, em finais do séc. XX começaram a efectuar estudos precisamente sobre esses restauros realizados num Passado mais próximo. Efectivamente, é fundamental compreender nos estudos castelológicos as circunstâncias ocorridas na sua origem e durante a sua evolução posterior, pelo que desse modo faz sentido estudar os restauros como parte do processo evolutivo das fortificações¹⁷³.

Os estudos com essas características começaram de forma parcial integrados em investigações de amplitude maior. Lucília Verdelho publicou em 1997, a partir dos seus estudos de mestrado e doutoramento, as obras *Ernesto Korrodi[...]*¹⁷⁴ e *Alfredo de Andrade[...]*¹⁷⁵, dois estudos monográficos sobre o pensamento e obra de dois importantes arquitectos do panorama português. A actividade de ambos envolveu a componente restauradora de monumentos, incluindo o restauro de castelos medievais. A investigação de Lucília Verdelho não incidiu directamente sobre as fortificações em si mesmas; no entanto, a importância dos seus estudos radicava na subtil apropriação de indícios de uma cultura própria existente no seio dos arquitectos e que influenciaria mais tarde as suas acções restauradoras. Esse aspecto também se distingue na tese de mestrado defendida por Ana Santos Jorge em 1991, intitulada *The Old Burgo of Castelo de Vide[...]*¹⁷⁶, ainda que de forma menos perceptível: o objecto de estudo não era a obra de um arquitecto, mas sim um conjunto urbano fortificado¹⁷⁷.

Os estudos dedicados às intervenções patrimoniais em fortificações começaram de forma consistente com a dissertação de doutoramento *Herança Cultural e Práticas de Restauro[...]*¹⁷⁸, defendida no ano 2000 por Domingos Almeida Bucho¹⁷⁹. No entanto os estudos de Domingos Bucho foram bastante superficiais e eminentemente descritivos das acções de restauro efectuadas, ainda que tenha associado uma ampla compilação de dados documentais. Neste último aspecto a acção de Domingos Bucho foi similar à dos filólogos positivistas, reunindo documentação de diversas fontes primárias e secundárias que resultavam em estudos situados principalmente ao nível formal. O estudo dos restauros efectuados nas fortificações portuguesas do Alto Alentejo foi de certo modo trivial e essencialmente descritivo, sem uma crítica construtiva hábil a nível teórico¹⁸⁰. Também a tese de mestrado defendida em 2008 por Luís Mi-

¹⁷³ Uma vez mais, os arquitectos que realizaram intervenções patrimoniais nas fortificações também começaram a investigá-las, ainda que seguindo já as novas metodologias epistemológicas e abordando também os restauros patrimoniais protagonizadas em tempos passados. Podem-se mencionar arquitectos como Fernando Cobos Guerra, Bernard Fonquernie ou Paolo Marconi entre outros.

¹⁷⁴ COSTA, Lucília Verdelho da (1997), *Ernesto Korrodi (1889-1944): Arquitectura, Ensino e Restauro do Património*, Lisboa, Editorial Estampa.

¹⁷⁵ COSTA, Lucília Verdelho da (1997), *Alfredo de Andrade (1839-1915): Da Pintura à Invenção do Património*, Lisboa, Vega.

¹⁷⁶ JORGE, Ana Santos (1991), *The Old Burgo of Castelo de Vide, Portugal: Safeguard and Conservation*, Lovaina, Texto Policopiado (Tese de Mestrado - Katholieke Universiteit Leuven).

¹⁷⁷ Luís Campos Paulo também abordou, na sua tese de mestrado defendida em 2006 e intitulada *Távira Islâmica[...]* [PAULO, Luís Campos (2006), *Távira Islâmica: A Cidade e o Território*, Lisboa, Texto Policopiado (Tese de Mestrado - Universidade Nova de Lisboa), a questão das fortificações de Tavira sob o ponto de vista urbano, ainda que menos aprofundado.

¹⁷⁸ BUCHO, Domingos Almeida (2000), *Herança Cultural e Práticas de Restauro Arquitectónico Durante o Estado Novo (Intervenção nas Fortificações do Distrito de Portalegre)*, Évora, Texto Policopiado (Dissertação de Doutoramento - Universidade de Évora).

¹⁷⁹ A dissertação de Domingos Bucho foi parcialmente publicada nas obras *Fortificações de Marvão[...]* [BUCHO, Domingos Almeida, *Fortificações de Marvão: História, Arquitectura e Restauro*, Portalegre, Região de Turismo de São Mamede] em 2001, *Fortificações de Campo Maior[...]* [BUCHO, Domingos Almeida, *Fortificações de Campo Maior: História, Arquitectura e Restauro*, Portalegre, Região de Turismo de São Mamede] em 2002 e *Fortificações de Castelo de Vide[...]* [BUCHO, Domingos Almeida, *Fortificações de Castelo de Vide: História, Arquitectura e Restauro*, Portalegre, Região de Turismo de São Mamede] em 2004.

¹⁸⁰ Miguel Tomé dedicou um notável capítulo às intervenções em castelos por parte da DGEMN na sua obra *Património e Restauro em Portugal[...]* [TOMÉ, Miguel (2002), *Património e Restauro em Portugal (1920-1995)*, Porto, FAUP Publicações], e também Isabel Cristina Fernandes desenvolveu um artigo significativo dedicado a esse mesmo assunto intitulado *La Restauración de los Castillos de Portugal[...]* [FERNANDES, Isabel Cristina (2005), *La Restauración de los Castillos de Portugal (Años 30-60 del Siglo XX)*, in COOPER, Edward (Ed. de), *Arquitectura Fortificada: Conservación, Restauración y Uso de los Castillos*, Valladolid, Fundación del Patrimonio Histórico de Castilla y León, pp.157-194], e que se encontra publicado no livro de actas do simpósio *Arquitectura Fortificada: Conservación, Restauración y Uso de los Castillos* publicado em 2005.

guel Correia e publicada dois anos depois com o título *Castelos em Portugal[...]*¹⁸¹, apresentou problemas similares à dissertação de Domingos Bucho: a obra abordou a maioria das questões mais pertinentes anteriormente referidas a nível castelológico, sejam os aspectos de contextualização histórica, sejam as perspectivas formais das fortificações e a sua evolução, sejam ainda os argumentos que se centravam no panorama patrimonial português; no entanto, a redefinição do material conhecido mediante novos códigos não contribuiu com conhecimentos significativamente inovadores, neste caso visto que a obra derivou essencialmente da recompilação de vários autores a que se adicionaram algumas estatísticas e fotomontagens.

As teses de mestrado de Susana Cunha, de Susana Dias, de Teresa Furtado e de Inês Santos (intituladas *As Fortificações de Estremoz[...]*¹⁸², *A Torre de Belém no Contexto Romântico[...]*¹⁸³, *O Castelo de Almourol[...]*¹⁸⁴ e *Intervenções de Reabilitação em Património Construído[...]*¹⁸⁵, respectivamente defendidas em 2004, 2005, 1996 e 2008), apresentaram-se significativamente mais desenvolvidas nas análises efectuadas, principalmente devido ao seu carácter monográfico que incidiu sobre as intervenções de restauro realizadas nas fortificações de Estremoz, de S. Vicente em Belém (Lisboa), e de Almourol e de Alter do Chão. Enquanto que os fundamentos pressupostos pela última das investigações se incluíam menos no âmbito castelológico (o enquadramento encontrava-se claramente situado no campo do restauro arquitectónico), as outras investigações apresentavam duas contribuições pertinentes sobre as intervenções patrimoniais: a adaptação de fortificações medievais a novas funções no primeiro caso, e no segundo e terceiro casos o contexto cultural e simbólico onde se davam os restauros.

Os estudos de Inês Santos e de Teresa Furtado começaram a aproximar-se dos procedimentos historiográficos que interagem com processos relacionados com a percepção mental da realidade por parte das pessoas, sob uma perspectiva próxima à teoria das ideias e da cultura mental. Essa perspectiva de investigação foi significativamente mais desenvolvida pelo autor do presente artigo na sua tese de mestrado «*Este Antigo Castelo[...]*»¹⁸⁶, defendida em 2007. A principal contribuição do estudo foi o enfoque concedido às questões da imagética concernente aos castelos medievais em Portugal. Analisando um extenso inventário de iconografia presente na imprensa periódica oitocentista em Portugal, e cruzando as ilações resultantes com as acções patrimoniais que se haviam desencadeado durante o séc. XIX, foi possível mostrar um conjunto de nexos relativos à existência de uma previsível imagem cultural do castelo medieval português; esta imagem influenciaria então o modo como a sociedade portuguesa percebia mentalmente as estruturas defensivas¹⁸⁷. Como tal, enquanto que os estudos anteriores mostravam como as sociedades medievais compreendiam metafisicamente (na vertente simbólica, cultural, organizativa, de segurança, etc.) as fortificações, a investigação do presente autor incidiu sobre épocas mais recentes, ou seja, sobre o modo como as pessoas assimilariam mentalmente as fortificações medievais já não como estruturas defensivas actuantes funcionalmente, mas sim pelo seu valor patrimonial como testemunhos do Passado.

¹⁸¹ CORREIA, Luís Miguel (2010), *Castelos em Portugal: Retrato do seu Perfil Arquitectónico (1509-1949)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

¹⁸² CUNHA, Susana Barbosa (2004), *As Fortificações de Estremoz: História, Arquitectura e Restauro – A Adaptação do Castelo a Pousada*, Évora, Texto Policopiado (Tese de Mestrado - Universidade de Évora).

¹⁸³ SANTOS, Inês Fernandes (2005), *A Torre de Belém no Contexto Romântico de Oitocentos: O Restauro e o Imaginário Neomanuelino*, Lisboa, Texto Policopiado (Tese de Mestrado - Universidade de Lisboa).

¹⁸⁴ FURTADO, Teresa Pinto (1996), *O Castelo de Almourol – Monumento e Imaginário*, Texto Policopiado (Tese de Mestrado - Universidade Nova de Lisboa).

¹⁸⁵ DIAS, Susana Gomes (2008), *Intervenções de Reabilitação em Património Construído: Projecto de Beneficiação do Castelo de Alter do Chão*, Lisboa, Texto Policopiado (Tese de Mestrado - Universidade Técnica de Lisboa).

¹⁸⁶ Ernst Josef Gombrich (1909-2001) utilizava os resultados mais recentes da psicologia contemporânea para analisar o processo de percepção, ou seja, o modo como as pessoas apreendem as informações que chegam do mundo visível onde vivem e actuam, processo de interpretação que permite extirpar incessantemente as suas ilusões, pondo em prova as suas impressões e conhecimento do Mundo [BAZIN, Germain (1989), *História da História da Arte: De Vasari aos Nossos Dias*, São Paulo, Martins Fontes Editora, p.262].

¹⁸⁷ SANTOS, Joaquim Rodrigues dos (2012), *Anamnesis del Castillo como Bien Patrimonial: Construcción de la Imagen, Forma y (Re)Funcionalización en la Rehabilitación de Fortificaciones Medievales en Portugal*, Alcalá de Henares, Texto Policopiado (Dissertação de Doutoramento - Universidad de Alcalá).

Já no início de 2012 o presente autor defendeu a sua dissertação de doutoramento intitulada *Anamnesis del Castillo como Bien Patrimonial[...]*¹⁸⁸, onde efectuou o historial das fortificações medievais portuguesas como bens patrimoniais. A investigação foi desenvolvida segundo três vertentes fundamentais e complementares entre si: foram estudados e assimilados aspectos essenciais de ordem conceptual relativos às fortificações medievais, com a pesquisa incidindo sobre a evolução etimológica e semântica de alguns termos fundamentais com base na lexicografia, na castelologia, na iconografia e nas artes visuais, o que permitiu vislumbrar a génese de uma imagética cultural relativa a um previsível modelo de “castelo medieval português”; contextualizou-se a evolução teórica e prática de âmbito patrimonial focando as fortificações medievais e as suas múltiplas dimensões (cultural, ideológica, simbólica, etc.); e por último foi analisado um conjunto de premissas teóricas e empíricas aplicadas actualmente aos bens culturais, com relevância para os directamente relacionados com as fortificações medievais, tendo-se estudado o impacto ocasionado em casos de estudo concretos motivados por intervenções recentes de reabilitação arquitectónica, de adaptação funcional, e pela ampliação da problemática patrimonial a outras perspectivas de índole urbanística e intangível.

Para terminar é necessário mencionar que os estudos castelológicos portugueses ultrapassaram o âmbito geográfico de Portugal: ainda que o período analisado tenha sido já imediatamente posterior à Idade Média, em diversos estudos foi abordada parcialmente a temática das fortificações de transição de origem portuguesa em vários dos seus antigos territórios ultramarinos¹⁸⁹.

¹⁸⁸ Por exemplo, a obra *A Arquitectura Militar na Expansão Portuguesa* [PAULINO, Francisco Faria (Coord. de) (1994), *A Arquitectura Militar na Expansão Portuguesa*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses] publicada em 1994 sob coordenação de Francisco Faria Paulino preludeu investigações posteriores bastante mais profundas que continuaram as prerrogativas historiográficas mais recentes, com destaque para as obras *Castelo da Mina[...]* [FERREIRA, Carlos Antero (2007), *Castelo da Mina: Da Fundação às Representações Iconográficas dos Séculos XVI e XVII*, Lisboa, Livros Horizonte] publicada em 2007 por Carlos Antero Ferreira, *Implantação da Cidade Portuguesa[...]* [CORREIA, Jorge (2008), *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África: Da Tomada de Ceuta a Meados do Século XVI*, Porto, FAUP Publicações] publicada em 2008 por Jorge Correia, *Fortalezas – Estado Português da Índia[...]* [TEIXEIRA, André (2008), *Fortalezas – Estado Português da Índia: Arquitectura Militar na Construção do Império de D. Manuel I*, Lisboa, Tribuna da História] publicada também em 2008 por André Teixeira, e a dissertação de doutoramento *Arquitectura Militar Portuguesa no Golfo Pérsico[...]* [CAMPOS, João de Sousa (2009), *Arquitectura Militar Portuguesa no Golfo Pérsico – Ormuz, Keshm e Larak*, Coimbra, Texto Policopiado (Dissertação de Doutoramento - Universidade de Coimbra)] defendida em 2009 por João de Sousa Campos.

¹⁸⁹ Por exemplo, a obra *A Arquitectura Militar na Expansão Portuguesa* [PAULINO, Francisco Faria (Coord. de) (1994), *A Arquitectura Militar na Expansão Portuguesa*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses] publicada em 1994 sob coordenação de Francisco Faria Paulino preludeu investigações posteriores bastante mais profundas que continuaram as prerrogativas historiográficas mais recentes, com destaque para as obras *Castelo da Mina[...]* [FERREIRA, Carlos Antero (2007), *Castelo da Mina: Da Fundação às Representações Iconográficas dos Séculos XVI e XVII*, Lisboa, Livros Horizonte] publicada em 2007 por Carlos Antero Ferreira, *Implantação da Cidade Portuguesa[...]* [CORREIA, Jorge (2008), *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África: Da Tomada de Ceuta a Meados do Século XVI*, Porto, FAUP Publicações] publicada em 2008 por Jorge Correia, *Fortalezas – Estado Português da Índia[...]* [TEIXEIRA, André (2008), *Fortalezas – Estado Português da Índia: Arquitectura Militar na Construção do Império de D. Manuel I*, Lisboa, Tribuna da História] publicada também em 2008 por André Teixeira, e a dissertação de doutoramento *Arquitectura Militar Portuguesa no Golfo Pérsico[...]* [CAMPOS, João de Sousa (2009), *Arquitectura Militar Portuguesa no Golfo Pérsico – Ormuz, Keshm e Larak*, Coimbra, Texto Policopiado (Dissertação de Doutoramento - Universidade de Coimbra)] defendida em 2009 por João de Sousa Campos, e a dissertação de doutoramento *Dispositivos do Sistema [...]* [MENDIRRATA, Sidh Losa (2012), *Dispositivos do Sistema Defensivo da Província do Norte do Estado da Índia: 1521-1739*, Coimbra] defendida em 2012 por Sidh Losa MENDIRRATA.